

Departamento dos Bens Culturais

Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial

*concordo com a proposta
de categoria de classificação
MIP.
A consideração superior,
Paula Figueiredo
Paula Figueiredo
11.2023
Chefe de Divisão
Classificação e Inventário,*

INFORMAÇÃO: 59/DICA/DBC/2023

DATA

27.10.2023

CS:

1708289

PROCESSO: DPIMI/2021/11-06/1/CL/847 – CSP 217809

ASSUNTO: Proposta de classificação como monumento de interesse público (MIP) do
Padrão dos Descobrimentos e calçada envolvente que inclui a Rosa dos Ventos,
na Avenida de Brasília, Lisboa, freguesia de Belém, concelho e distrito de Lisboa.

1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- **Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro** (estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural), nomeadamente o disposto nos artigos 17.º (Critérios genéricos de apreciação), 43.º (Zonas de proteção), 44.º (Defesa da qualidade ambiental e paisagística) e 52.º (Contexto).
- **Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro**, (estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda).
- **Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho** (estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação,

de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal), que introduz um mecanismo de controlo prévio e de responsabilização em relação a todas as obras ou intervenções no património cultural.

2. ANTECEDENTES

- 2.1. O Movimento do 'Fórum Cidadania Lx' submeteu, em 26.02.2021, via correio eletrónico, um pedido de classificação do Padrão dos Descobrimentos, em Belém, Lisboa.
- 2.2. Pela Informação Técnica n.º 2136/DPIMI/2021, de 15 de novembro, foi proposta a abertura do procedimento de classificação do 'Padrão dos Descobrimentos e calçada envolvente que inclui a Rosa-dos-Ventos', tendo colhido despachos superiores de concordância. O Diretor-Geral da DGPC despachou, em 03.08.2022, nos seguintes termos: «À SPAA do CNC. Designo relator o Dr. Elísio Summavielle».
- 2.3. A Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico (SPAA), do Conselho Nacional de Cultura (CNC) apreciou o assunto na reunião de 18 de janeiro de 2023, tendo todos os membros presentes votado favoravelmente a abertura do respetivo procedimento de classificação. Sobre a referida proposta foi exarada pelo Diretor Geral em 09.05.2023 o despacho de abertura do procedimento de classificação de âmbito nacional.
- 2.4. O Chefe de Gabinete do Ministro da Cultura enviou, em 05.05.2023, a Pergunta n.º 1557/XV/1.^a, da Assembleia da República, iniciativa do grupo parlamentar do Chega, em que se solicitaram os seguintes esclarecimentos e informações:
 - «1. Tem o Senhor Ministro da Cultura conhecimento da fase e estado em que, na Direção-Geral do Património Cultural, se encontra o processo de classificação do Padrão dos Descobrimentos, e se já existe decisão que tenha recaído sobre este assunto?
 2. Que medidas foram, ou estão a ser tomadas, para que se concretize a classificação deste monumento, cuja importância artística, histórica e cultural para Portugal é inquestionável?».Esta interpelação é colocada, de acordo com os proponentes, pelo elevado interesse cultural do bem e, por consequência, pela urgência na conclusão do respetivo procedimento de classificação.

A resposta da DGPC seguiu por correio eletrónico, de 22.05.2023 (CS 1673867), informando que «foi determinada a abertura do procedimento de classificação de âmbito nacional do «Padrão dos Descobrimentos e calçada envolvente que inclui a Rosa-dos-Ventos», por despacho do Sr. Diretor-Geral do Património Cultural, de 09.05.2023».

- 2.5. Foram, entretanto, cumpridas as formalidades legais por parte da DGPC, nomeadamente as notificações e comunicações aos interessados, incluindo o Anúncio n.º 130/2023, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 124, de 28 de junho, encontrando-se o bem imóvel em vias de classificação.

3. INSTRUÇÃO – 1.ª FASE DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO

- 3.1. Através da informação técnica n.º 2136/DPIMI/2021, de 15 de novembro, respeitante à fase de abertura do procedimento de classificação, procurámos justificar, através de uma análise detalhada, o valor cultural do imóvel e, por consequência, a sua classificação de âmbito nacional.

- 3.2. Essa análise de histórico-patrimonial foi estruturada de acordo com os seguintes tópicos:

1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
2. ASSUNTO
3. ARTE E PODER
4. ARTE E REGIME
5. AS TRANSIÇÕES DE REGIME E A ARTE PÚBLICA
6. A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS DE 1940
7. O PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS

7.1. CRONOLOGIA

7.2. DESCRIÇÃO

7.3. AUTORIA

7.3.1. JOSÉ ÂNGELO COTTINELLI TELMO [1897-1949]

7.3.2. LEOPOLDO DE ALMEIDA [1898-1975]

7.4. O PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS [DE 1940]

7.5. OS TRÊS CONCURSOS DE SAGRES E O PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS

7.6. O ARRANJO URBANÍSTICO DA ENVOLVENTE

7.7. O PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS [DE 1960]

7.8. A RECEÇÃO CRÍTICA AO MONUMENTO

7.8.1. EXCERTOS

7.8.2. ANÁLISE (DA) CRÍTICA

– CRÍTICA NEGATIVA:

1. O CARÁTER PROPAGANDÍSTICO DO MONUMENTO;
2. O CONVENCIONALISMO DA OBRA ESCULTÓRICA;
3. O DESFASAMENTO CRONOLÓGICO.

– CRÍTICA POSITIVA.

7.9. O PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS NA ATUALIDADE

8. EM SÍNTESE

9. EPÍLOGO

10. CONCLUSÃO

11. “ARTE E SABER-FAZER DA CALÇADA PORTUGUESA”

12. PROPOSTA DE DECISÃO

4. DECISÃO – 2.ª FASE DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO

Nesta fase do procedimento de classificação há que verificar se as circunstâncias que levaram à abertura do procedimento de classificação do bem se alteraram, com significado, e/ou se houve lugar a novos dados que mereçam ser considerados, tendo em vista uma decisão final assertiva, em que se terá de determinar a graduação do bem (se de interesse público ou de interesse nacional) e ponderar a necessidade de estabelecer, desde já, a respetiva zona especial de proteção (ZEP), ou se esta pode ser remetida para o prazo previsto na lei (18 meses).

Como acima se referiu, o bem encontra-se em vias de classificação desde 28.06.2023, conforme Anúncio n.º 130/2023, pelo que decorreu pouco tempo desde a conclusão da primeira fase do procedimento de classificação e, por consequência, as circunstâncias que levaram à decisão de

abertura não sofreram alterações significativas. Ainda assim, há dois eventos, entretanto ocorridos, que consideramos pertinente referenciar.

4.1. EXPOSIÇÃO 'SOMBRAS DO IMPÉRIO'

Interessa ressaltar a realização da exposição levada a efeito no Padrão dos Descobrimentos, entre 2 de maio e 30 de janeiro de 2023, intitulada «Sombras do Império – Projetos, Hesitações e Inércia, 1941-1972»¹, cuja relevância foi assinalada no 'Extrato da ata' da reunião de 18 de janeiro de 2023, da SPAA, que concluiu pela abertura do procedimento de classificação².

O Catálogo da Exposição³, publicado em fevereiro de 2023, reúne um conjunto de textos que explicam – como o próprio título da exposição / catálogo indicia – as vicissitudes por que passou aquele local emblemático, concluindo-se que muito do que para ali se imaginou e projetou, não foi realizado⁴. Chegaram até nós, ainda assim, alguns elementos de desenho urbano e de

¹ «Esta nova exposição pretende dar a conhecer a sucessão de planos urbanísticos e projetos de arquitetura cujo centro foi a Praça do Império. Menorizados ou até esquecidos pela historiografia, estes projetos revelam-se hoje particularmente significativos, pela escala e natureza das transformações que anteviam, pela orientação programática que preconizavam, pelo investimento de meios que implicariam, pela extensão do seu período de elaboração, em contraponto com o pouco que foi concretizado.», Padrão dos Descobrimentos, Informações [<https://padraodosdescobrimentos.pt/evento/sombras-do-imperio-belem-projetos-hesitacoes-e-inercia>].

² «O Dr. Elísio Summavielle informou que no dia 26 de janeiro vai ser lançado um novo livro, editado pela Tinta da China / Padrão dos Descobrimentos, com investigação inédita e surpreendente, sobre a Praça do Império, com a coordenação científica de João Paulo Martins e o apoio do Centro Cultural de Belém.»

³ Que quanto a nós não faz jus, do ponto de vista gráfico, à magnificência das peças desenhadas originais, nomeadamente por renunciar à cor e ao brilho das imagens.

⁴ Ao contrário das muitas ações realizadas na envolvente de Belém (e na própria cidade de Lisboa), como o 'Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda (1938-1940, arquiteto urbanista Guilherme Faria da Costa), o arranjo paisagístico da envolvente da Torre de Belém (com demolição da fábrica de gás) e da ligação com a Capela / Ermida de São Jerónimo (1953-1955-1958, Eng.º Silvicultor / Arq.º Paisagista António Viana Barreto), do Projeto de Ordenamento Paisagístico da Zona da Capela dos Jerónimos (1954-1959, Arq.º Paisagista

arquitetura da Exposição de 1940, como a Doca de Belém, a Praça do Império e respetiva Fonte Luminosa, o Espelho d'Água / Pavilhão das Diversões Náuticas (hoje Restaurante Espelho d'Água), as Instalações dos Desportos Náuticos, o Pavilhão da 'Secção da Vida Popular' (Museu de Arte Popular desde 1948), o Farol de Belém, a Estação Fluvial de Belém, o Padrão dos Descobrimentos, etc., e outros construídos posteriormente, como o Museu da Marinha e Planetário (1957-1964, Arq.^o Frederico George).

No que respeita à reconstrução, em modo definitivo, do Padrão dos Descobrimentos, há que distinguir duas fases distintas (no tempo e na autoria):

- Estudos de Urbanização da Praça do Império, pela CAPOPI⁵ (1941-1945) liderada pelo arquiteto-chefe Cottinelli Telmo;
- Estudos de Localização de Novos edifícios Públicos na Zona Marginal de Belém, (década de 1950), da responsabilidade dos arquitetos Luís Cristino da Silva e Jacques Carlu.

4.1.1. ESTUDOS DOS ANOS 40 (ARQUITETO COTTINELLI TELMO)

Na planta geral intitulada 'Urbanização da Praça do Império', verificamos que «O Padrão dos Descobrimentos, entretanto demolido, seria implantado perto do lugar original, mas com uma diferença significativa: deixaria de estar numa posição perpendicular à linha de costa, para passar a alinhar com o eixo da Praça do Império / fonte luminosa.^{6/7} Estes dois temas – o eixo

Gonçalo Ribeiro Telles), do Instituto de Medicina Tropical (1952-1958, Arq.^o Lucínio Cruz) e do Museu de Etnologia do Ultramar, atual Museu Nacional de Etnologia (Arq.^o António Saragga Seabra, 1972-1976).

⁵ CAPOPI – 'Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império'.

⁶ Certamente por esta razão é que o projeto previa uma base em forma de círculo que escamoteava o desalinhamento do monumento com o paredão, de modo que fossem percecionados os dois alinhamentos – com a praça e com a frente de rio – como perpendiculares.

⁷ O Padrão definitivo foi erguido mais a poente – em cerca de duas dezenas de metros –, de modo a alinhar com o pavilhão central da ala (novecentista) do Mosteiro dos Jerónimos e não com a Praça do Império e respetiva Fonte Luminosa. Atente-se que o Eng.^o Duarte Pacheco detestava o pavilhão central da ala dos dormitórios do

norte-sul da Praça do Império e a localização do Padrão – serão importantes para a definição dos sucessivos planos para Belém na década de 1950.»⁸

4.1.2. ESTUDOS DOS ANOS 50 (ARQUITETOS CRISTINO DA SILVA E JACQUES CARLU)

Conhecem-se seis versões designadas por A, B, C, D, Anteplano⁹ e Plano Definitivo¹⁰. A primeira é da responsabilidade de Cristino da Silva. As restantes resultam da parceria com o arquiteto francês Jacques Carlu.

O Padrão dos Descobrimentos é representado em todas as versões sobre uma plataforma semicircular que se projeta sobre o rio¹¹ e perpendicularmente à linha de costa, só mudando a sua localização: a sul da Doca de Belém (versão A); a eixo da Praça Afonso de Albuquerque (versões B, C, D) e a eixo do pavilhão central da ala do dormitório do Mosteiro dos Jerónimos (Anteplano e Plano Definitivo) e que se configurou na localização definitiva para a implantação do Padrão¹².

Do exposto, depreendemos que o regime previu desde a Exposição do Mundo Português, de 1940, a hipótese de construir o Padrão dos Descobrimentos em Belém, e só depois da iniciativa

Mosteiro dos Jerónimos, de onde se depreende que a atual localização do Padrão foi decidida após a sua morte.

⁸ Pedro Rito Nobre – «Do bairro antigo ao novo futuro instaurado pela Exposição do Mundo Português (séc. XIX – 1945)», in *Sombras do Império. Belém: projetos, hesitações e inércia. 1941 – 1972*, Lisboa: Tinta da China, 2023, p. 21.

⁹ 'Anteplano do Arranjo Urbanístico da Zona Marginal de Belém', de 1956.

¹⁰ 'Plano Definitivo do Arranjo Urbanístico da Zona Marginal de Belém', de 1956.

¹¹ Com exceção da solução contemplada no 'Anteplano'.

¹² O arquiteto Cristino da Silva continuou a estudar a zona de Belém, no início dos anos 60, já não no sentido de alterar o seu desenho urbano, nomeadamente no que respeita à localização e/ou implantação do Padrão dos Descobrimentos, mas tão só da implantação de novos equipamentos públicos (localização e projeto).

(e do resultado) do 3.º Concurso de Sagres (1954-56) se decidiu por levar avante só um dos monumentos¹³.

4.1.3. «NÃO HAVERÁ MAR NOVO»

O catálogo apresenta igualmente um artigo dedicado ao Padrão dos Descobrimentos intitulado «Não Haverá Mar Novo», da investigadora Natasha Revez. Este artigo enlaça o Padrão com o 3.º concurso de Sagres e conclui com uma citação do artigo «Não haverá 'Mar Novo'», de 1957, do arquiteto Nuno Teotónio Pereira, no sentido de o regime ter recusado um 'monumento novo' que, «mais do que exprimir uma opinião em relação ao desfecho do concurso, parece emblemático do sentimento de uma época»¹⁴.

4.2. NOVO ATO DE PROTESTO / VANDALISMO NO PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS

O outro evento respeita ao facto de no dia 20 de junho de 2023, poucos dias depois da comunicação do ato de abertura do procedimento de classificação, o Padrão dos Descobrimentos ter sido alvo de nova iniciativa de protesto, através de grafito com a seguinte frase: «A nação que matou África, Wakanda4Ever»¹⁵.

¹³ Atente-se no facto da iniciativa de Belém se reportar às viagens marítimas, como iniciativa levada a efeito ao longo de vários séculos, ao contrário da iniciativa de Sagres que, embora simbolizando essa iniciativa, se focava no Homem (o Infante D. Henrique), no sítio (o promontório de Sagres) e na fase inicial do empreendimento. Coisas complementares, mas diferentes que, por isso, podem muito bem ter convivido no tempo como propostas a realizar pelo regime e não, obrigatoriamente – como a crítica dos tempos democráticos defende há muito –, como propostas que se excluem mutuamente.

¹⁴ Natasha Revez, «Não Haverá Mar Novo», p.161.

¹⁵ «É a segunda pichagem do Padrão dos Descobrimentos no intervalo de dois anos. Em 2021, um casal de ativistas franceses escreveu, em inglês, na estrutura principal do Padrão: "Velejando cegamente por dinheiro, a humanidade afunda-se num mar escarlate"» [<https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/a-nacao-que-matou-africa-wakanda4ever-padrao-dos-descobrimentos-vandalizado-depois-de-anuncio-de-classificacao-como-monumento-nacional>].

Como referimos na informação técnica n.º 2136/DPIMI/2021, de 15.11.2021, que deu origem à abertura do procedimento, o momento que vivemos não parece ser, à partida, o mais oportuno para estar a proceder à eventual classificação de monumentos simbólicos, relacionados com a História e com as memórias do país, face ao crescente questionar de que é alvo, por parte de alguns sectores da sociedade. Mas estas iniciativas (de propor a classificação de monumentos simbólicos) acontecem agora, como reação, por parte de outros sectores da sociedade, que não se reveem neste questionar / recusar, frequentemente de modo abrupto e violento, de muitas das ações levadas a efeito pelos nossos antepassados e que até há pouco tempo eram mais ou menos consensuais. Isto é, os monumentos públicos tornaram-se, progressivamente, numa “questão fraturante”.

Defendemos, na fase de instrução do procedimento, que haveria que separar, até como metodologia de trabalho, as vertentes histórico-artística e político-ideológica, e que seria, fundamentalmente, sobre a primeira que incidiria a nossa análise técnica.

Na verdade, monumentos como o Padrão dos Descobrimentos enfrentam, nos nossos dias, duas ‘dificuldades’: serem obra de um regime autoritário / ditatorial e procurarem enaltecer a ‘Época dos Descobrimentos’. Acreditávamos que a primeira era o obstáculo maior. Agora pensamos o contrário.

4.3. LIMAR OU AFIAR AS FARPAS DA HISTÓRIA?

Agora que chegou a altura de tomar uma decisão final sobre o assunto (2.ª fase do procedimento de classificação), em que tem de se confirmar (ou não) a sua classificação, e, em caso afirmativo, a sua graduação e respetiva ZEP, consideramos pertinente refletir sobre a crescente contestação – apesar dos enormes riscos de interpretação que isso pressupõe – e, por consequência, fazer uma incursão pelas possíveis razões que têm levado, ao longo das últimas décadas, mas muito especialmente nos últimos anos, a este extremar de posições acerca do que é (ou deve ser) a Cultura de um país, nomeadamente no entendimento e interpretação da sua História, isto é, da sua Identidade, que é isso que efetivamente está em causa. E fazemo-lo porque consideramos

importante, não apenas para o caso em análise, mas para os debates culturais a que somos quase diariamente chamados, como cidadãos e como técnicos do património cultural.

4.3.1. 'DESENCONTRO', 'CONFRONTO' OU 'GUERRA' DE CIVILIZAÇÕES?

Assistimos hoje, quer no nosso país, quer a nível internacional, a um aumento significativo da conflitualidade social, com base no diferendo acerca do modo de entender a História, nomeadamente no que respeita a temas tão sensíveis como o colonialismo / neocolonialismo e escravatura / trabalho forçado¹⁶.

Como razões imediatas para este recrudescimento, refere-se habitualmente o movimento de revolta estudantil ocorrido na África do Sul ('Black Lives Matter')¹⁷, de julho de 2013, e, especialmente, a morte / assassinato do cidadão americano George Floyd, ocorrida em maio de 2020, em Minneapolis, entre muitos outros eventos, que fizeram recrudescer ou, mesmo, eclodir, os movimentos de revolta popular contra o racismo (e neocolonialismo associado), um pouco por todo o mundo, com particular incidência no mundo Ocidental e nos antigos países alvo de colonização, especialmente na América Central e do Sul e em África.

Este fenómeno de "ajuste de contas com o Ocidente", nomeadamente com a proliferação das manifestações, por vezes violentas, contra o racismo e (neo)colonialismo, começaram a ganhar corpo com os processos de descolonização dos anos 60 do século XX e aceleraram-se nos anos 80, face ao início da memorização dos fenómenos relacionados com a 2.ª Guerra Mundial, nomeadamente com o nazismo (e consequente holocausto), com os bombardeamentos (sobre as cidades alemãs, polacas e italianas) e com o uso da bomba atómica no Japão. Estes ventos de mudança foram aproveitados e/ou impulsionados pelos meios académicos, especialmente oriundos das ciências sociais, quando os estudos sobre a *Memória* ganharam um inusitado protagonismo, em detrimento, nomeadamente, dos estudos históricos, que foram, por aqueles,

¹⁶ A que se somam as questões ambientais (entre outras) que, embora ligadas às primeiras, tendem a fugir do âmbito do nosso tema.

¹⁷ Que depois se replicou por vários países do Ocidente e da América do Sul.

criticados por assumirem frequentemente uma visão estática e complacente com a história colonialista do mundo Ocidental.¹⁸ Realidade, diga-se, que se aplica igualmente no caso português.¹⁹

É fundamentalmente a partir das últimas décadas do século XX que o mundo assiste a visões cada vez mais dicotómicas e de conflitualidade exacerbada, que muitos já apelidaram de “Guerra de Civilizações” entre o mundo Ocidental e aqueles que o combatem, que o acusam de ser imperialista, (neo)colonialista e capitalista e, nessa medida, grandes responsáveis pelos graves problemas ambientais que assolam o planeta, e, conseqüentemente, por fenómenos como a globalização económica, as migrações forçadas e os fraturantes diferendos religiosos.

Trata-se de um confronto, se nos é permitida a esquematização, entre aqueles que, apesar de tudo, acreditam na herança do mundo Ocidental (que deriva do Iluminismo racionalista)²⁰ e os

¹⁸ As desconfianças (ou desencontros) metodológicas entre historiadores e outros especialistas das ciências sociais, não são de agora: «Em 1989 escrevi um livro intitulado *História e Ideologia*, com base em textos que havia publicado ao longo de vários anos. Tentei mostrar que uma coisa é a História como ciência, que procura objectivamente interpretar de todos os ângulos e com todas as fontes possíveis o que se passou e vai passando, e outra a Memória que vai surgindo, mais ou menos espontaneamente ou em função de ideologias organizadas, e cuja “legitimidade histórica” (para empregar uma expressão de Marc Ferro) vai variando à medida que se altera a visão do mundo. Daí mudarem as interpretações dos factos ou os nomes das ruas, de praças, pontes ou instituições, surgirem e derrubarem estátuas...// O que hoje é digno de glorificação, amanhã não será. O que hoje é esquecido, amanhã pode ser louvado. Neste mundo de (des)informação... devido por vezes ao excesso de informação superficial... basta dizer para crer.», Luís Reis Torgal, «Este mundo da (des)informação e dos falsos combates! História e memória», *Jornal Público*, de 22 junho de 2020.

¹⁹ Atente-se nos ensaios de Boaventura de Sousa Santos (e, posteriormente do CES, da Universidade de Coimbra), nomeadamente em estudos como *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade* (1994), ou de Eduardo Lourenço, nomeadamente em *O fascismo nunca existiu* (1976), *Os Militares e o Poder* (1975), *Situação Africana e Consciência Nacional (1961-1963 [1976])* e *Labirinto da Saudade* (1978).

²⁰ «O princípio do Iluminismo segundo o qual podemos aplicar a razão e a compaixão para potenciar o aperfeiçoamento humano pode parecer óbvio, banal e antiquado. Eu escrevi este livro porque percebi que não o é. Mais do que nunca, os ideais da razão, da ciência, do humanismo e do progresso precisam de uma defesa

que a contestam e que apontam para a pesada herança que o mundo enfrenta²¹. Uns salientam sobretudo os aspetos positivos da evolução da Humanidade, com base nos avanços continuados da ciência e da técnica, enquanto os outros sobrevalorizam os aspetos negativos: os erros do passado, em que a ambição desmedida e egoísta do sistema liberal-capitalista tem levado ao aumento das desigualdades, à conflitualidade, ao belicismo e ao esgotamento dos recursos naturais, que colocam em causa o próprio futuro da Humanidade²². Uns valorizam a História, com

incondicional. Nós tomamos os seus dons como garantidos: recém-nascidos que viverão mais de oito décadas, mercados a abarrotar com comida, água potável que surge com o estalar de um dedo e o desperdício que desaparece com o estalar de outro, comprimidos que curam doenças dolorosas, filhos que não são enviados para a guerra, filhas que podem andar nas ruas em segurança, críticos dos poderosos que não são presos ou assassinados, o conhecimento do mundo e da cultura que cabe no bolso de um casaco. Mas isto são feitos humanos, não são direitos de nascença cósmicos. (...) Nós sabemos que os países podem regressar de novo a estas condições primitivas e, por isso, ignorar os feitos do Iluminismo representa sérios riscos.», Steven Pinker [2018] – *O Iluminismo Agora. Em defesa da razão, ciência, Humanismo e Progresso*. Lisboa: Editorial Presença, p. 24.

²¹ «As memórias do século XX confrontam-nos, não com uma vida melhor, mas com uma história única de genocídio e destruição em massa que desfigura a priori qualquer tentativa de glorificar o passado. Depois das experiências da Primeira Guerra Mundial e da Grande Depressão, do Estalinismo, do Nazismo e do genocídio a uma escala sem precedentes, depois das dificuldades da descolonização e das histórias de atrocidades e repressão que trouxeram à nossa consciência, a visão da modernidade ocidental e das suas promessas tornou-se consideravelmente mais negra dentro do próprio Ocidente. (...) Numa era de limpezas étnicas e crises de refugiados, migrações em massa e mobilidade global para cada vez mais pessoas, a experiência de deslocalização e relocalização, migração e diáspora já não parece ser a exceção, mas sim a regra.», Andreas Huyssen [2014] – *Políticas de Memória no Nosso Tempo*. Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 23.

²² «O problema fundamental do espaço-tempo mundial é a crescente e presumivelmente irreversível polarização entre o Norte e o Sul, entre países centrais e países periféricos no sistema mundial. Este problema comporta uma grande pluralidade de vectores. Salientarei apenas três deles: a explosão demográfica, a globalização da economia e a degradação ambiental.», Boaventura de Sousa Santos [1994] – Capítulo 10 «O

as suas virtudes e defeitos²³. Outros recusam-na, ou, pelo menos, tendem a (sobre)valorizar os seus aspetos mais negativos.

Em suma, ambos pretendem um “mundo melhor”: uns por processos *reformistas*; outros por processos *revolucionários*. Na verdade, quando observamos o Mundo que nos rodeia, percebemos rapidamente que há razão nos dois lados.

4.3.2. QUE FAZER COM O NOSSO PASSADO?

«Não houvessem os grandes descobrimentos marítimos tido lugar e Portugal teria quicá sido, como Aragão, absorvido por Castela; ou então subsistiria como mera entidade marginal, espécie de curiosidade fóssil, como a Albânia...»

Vitorino Nemésio²⁴

«Literalmente falando, deitámo-nos ao mar, por não saber que fazer em terra.»

Eduardo Lourenço²⁵

Ingressando agora na realidade do nosso país e, mais concretamente, nas ações de contestação aos símbolos culturais, nomeadamente daqueles que se encontram no espaço público, constatamos que a bipolarização é particularmente vincada, muito por culpa de uma dialética de ação – reação. Isto é, de um lado age-se sem aviso, por exemplo com o esgrafito de uma estátua /

Norte, o Sul e a Utopia», *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Lisboa: Edições Afrontamento, p. 247.

²³ Erros e imprecisões, quer da História, quer da historiografia que lhe subjaz.

²⁴ Vitorino Nemésio [1959] – *Obras Completas*, Vol. IX, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*. Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, p. 11.

²⁵ Eduardo Lourenço [1961-63] – *Situação africana e consciência nacional*. Lisboa: Cadernos Critério, 2, Livraria Bertrand, p. 43.

monumento. Do outro reage-se, nos jornais ou nas “redes sociais”. Os primeiros contra-argumentam e assim sucessivamente²⁶.

Antes de mais, torna-se necessário esclarecer que há que distinguir as tomadas de posição dos autores que advogam pela revisão da História, em relação a temas tão sensíveis como o colonialismo, o neocolonialismo e o racismo, como aqueles que adiante se citam, e as ações de protesto, com iconoclastia e vandalismo, perpetradas sobre o espaço público, nomeadamente sobre monumentos, estátuas e esculturas.

A imensa documentação produzida acerca dos “desencontros com a História” pode, por comodidade, ser dividida em dois “tempos”, um tendencialmente situado no tempo longo (estrutural) e outro, até ver, tendencialmente no tempo curto (conjuntural). O primeiro situa-se preferencialmente no campo da História, em que se debate o regime e a política ultramarina do Estado Novo (nomeadamente o colonialismo e o fascismo / autocracia) e a transição revolucionária para a Democracia (nomeadamente a descolonização, os ‘retornados’ e o neocolonialismo). O outro, essencialmente no domínio da memória²⁷, com os estudos no âmbito da sociologia e do jornalismo, em que se agitam as razões ou “bandeiras” do neocolonialismo em tempos democráticos, “as memórias silenciadas e incómodas”, a “gigantesca diáspora Sul-Norte”, a “primeira vaga de ressentimento histórico”²⁸ e as inevitáveis contrarrespostas.

²⁶ Atente-se na enorme desproporção de documentos escritos (livros, atas de simpósios, artigos de revista, crónicas jornalísticas, etc.) acerca do tema, entre os agentes da “ação”, face aos da “reação”. Os primeiros situam-se na casa das muitas dezenas, os outros somente alguns artigos de opinião e um ou outro artigo ou livro.

²⁷ Ou da “(des)memória”, como refere Fernando Rosas, em «História, (des)memória e hegemonia», UNL, 2016.

²⁸ Expressões utilizadas por Margarida Calafate Ribeiro [2016] em «A Casa da Nave Europa – miragens ou projeções pós-coloniais», *Geometrias da memória: configurações pós-coloniais*. Lisboa: edições Afrontamento, pp. 19, 21, 30.

A agenda dos principais eventos das últimas décadas, ajuda-nos a perceber a evolução do fenómeno^{29/30}:

- Nas primeiras duas décadas do período democrático continuaram a realizar-se eventos sobre os *Descobrimentos*, embora sem o fulgor de outros tempos, de que são exemplo o *Congresso Internacional Bartolomeu Dias* (1988), o *450.º Aniversário da chegada dos portugueses ao Japão* (1993), as *Festas Henriquinas* (1994) e o *Sexto Centenário do Tratado de Tordesilhas* (1994)³¹.
- A *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura: os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*, realizada em 1983, foi de celebração, não de contestação.
- A criação da *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*, ativa entre 1986 e 2002, sob tutela da Presidência do Conselho de Ministros, celebrou igualmente as ações históricas dos portugueses.

²⁹ Sobre o tema consultar Miguel Cardina [2023] – *O Atrito da Memória. Colonialismo, guerra e descolonização no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Tinta-da-china, nomeadamente o capítulo 2 «As permanências do imaginário colonial», pp. 33-46, e Fernando Catroga [1998 (1996)] – «Ritualizações da história», [Torgal, Mendes, Catroga, Vol. 2, 1998, 295 – 304.]

³⁰ Fazem-se referências somente à temática do colonialismo, pois os atos de protesto na estatutária / escultura / monumento em Portugal abrangem muitos temas cívicos, de que se deixam alguns exemplos: vandalização da escultura *Dom Sebastião*, em Lagos, em 2014 (Escultor João Cutileiro); vandalização, por duas vezes, em 2014 e 2020, da estátua de Dom Afonso Henriques, em Guimarães, do escultor Soares dos Reis; vandalização do monumento de Francisco Sá Carneiro, na Praça do Areeiro, em Lisboa; protestos contra a escultura *Verdade*, de homenagem a Eça de Queirós, no Largo Barão de Quintela, em Lisboa, por indecorosa; protestos contra a escultura *Amores de Camilo*, no Largo Amor de Perdição, no Porto, em 2023, por indecorosa; furto do busto de António Nobre, em 1942 e 1991, no Penedo da Saudade, em Coimbra; etc. Até a estátua de Cristiano Ronaldo, no Funchal, foi vandalizada com a inscrição *10 – Messi...*

³¹ Ver Rafaela Santa Marta da Rocha [2022] – *A XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Lisboa, 1983: “Reapreciar Descobrimentos com olhos postos no futuro”*, Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE, p. 22.

- Assassinato de Alcindo Monteiro, no Bairro Alto, em Lisboa, em junho de 1995, por razões de «ódio racial».
- Em 1998 foi inaugurada a nova travessia sobre o rio Tejo, com a designação de *Ponte Vasco da Gama*, face à efeméride da chegada à Índia por mar, por parte dos portugueses.
- A *Expo 98*, sob o lema «Os oceanos: um património para o futuro», ainda celebrava a história, mas numa perspetiva algo menos encomiástica^{32/33}.
- Intenção da Câmara Municipal de Lisboa, desde 2014, de retirar os brasões florais da Praça do Império, com representação das capitais de distrito, das ilhas e das ex-colónias / ex-províncias ultramarinas. Quando a CML se preparava para efetuar a obra, em 2021, uma petição com milhares de assinaturas manifestou-se contra essa ação.
- O monumento ao “Esforço do colonizador”, realizado em 1934, no âmbito da Primeira Exposição Colonial no Porto, e, desde 1984, colocado na Praça do Império da mesma cidade, foi vandalizado com grafitos em 2018, com a mensagem: “OPRESSOR”.
- Proposta de criação de um *Memorial de Homenagem às Pessoas Escravizadas*, apresentada pela associação Djass – Associação de Afrodescendentes, e aprovada em 2017³⁴ através do orçamento participativo, e que tem levado a desencontros sobre o sítio da sua construção: no Campo das Cebolas? Algueres na faixa ribeirinha? Em outro local?

³² José Neves [2019/1998] refere que se trocou o Império pela Globalização. Ver Coleção *Portugal, uma retrospectiva* (direção de Rui Tavares). Lisboa: Tinta-da-china, pp. 10-11.

³³ «Não se nega o passado, nega-se qualquer discurso de aproveitamento nacionalista do mar. O que nos interessa, ao explorar o mar, não é evocar a glória dos Descobrimentos portugueses, é evocar a glória da relação do homem com o mar à escala universal.», António Mega Ferreira, *Expresso/Revista*, de 25.05.1998, p. 98), citado por Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga (1998 [1996]) – *História da História em Portugal*, Vol. 2. Lisboa: Temas e Debates, p. 303.

³⁴ O ano de 2017 é considerado, pelos académicos que estudam a problemática, o ano de consciencialização ou de rutura, face à tomada de consciência social do problema do racismo.

- Protesto pacífico, em outubro de 2017, depois protesto violento, com grafiteagem, em junho de 2020, contra a escultura do Padre António Vieira, no Largo da Misericórdia, em Lisboa³⁵.
- Em 2017 surgiu uma polémica que deu origem à carta aberta *Não em nosso nome*, em protesto pelas ‘imprecisões’ proferidas pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, acerca da abolição da escravatura em Portugal, aquando da visita à Ilha de Gorée, no Senegal, que foi um entreposto escravagista do antigo império português.
- Contestação, em junho de 2018, face à intenção da Câmara Municipal de Lisboa em criar o *Museu dos Descobrimentos*, que, face à contestação, virou “da Descoberta”, “da Viagem”, “da Peregrinação”, “do Encontro”, “da Lusofonia”, “da Interculturalidade”, etc.³⁶
- Polémica em torno da intenção da Câmara Municipal de Santa Comba Dão de criar, em 2018, o *Centro Interpretativo e Museu do Estado Novo*, vulgarmente apelidado *Museu Salazar*.
- O deputado do Partido Socialista, Ascenso Simões, escreveu o artigo *O Salazarismo não morreu*, no jornal *Público* (19 de fevereiro de 2021), em que pede a remoção dos brasões com florões da Praça do Império e refere que o Padrão dos Descobrimentos já “devia ter sido destruído”.

³⁵ «O facto de a estátua de Vieira ter sido erguida em 2017 fez com que se tornasse um monumento-charneira, um ponto de saturação que levou a um processo de consciencialização de que há muito se convive com a função celebratória de monumentos erguidos ao que não é mais susceptível de se celebrar. As reacções em defesa do monumento são um sintoma da naturalização desse convívio, da dificuldade em questioná-lo e da dificuldade numa leitura iconográfica para lá da mera identificação do representado.» in Mariana Pinto dos Santos [2022] – «As Estátuas e a História da Arte: o debate sobre vandalização de monumentos em Portugal», [Blogue BUALA, <https://www.buala.org/pt/a-ler/as-estatuas-e-a-historia-da-arte-o-debate-sobre-vandalizacao-de-monumentos-em-portugal>].

³⁶ O Museu Judaico, na altura da sua construção em Alfama em 2018, foi igualmente alvo de contestação.

- O historiador de arte Vítor Serrão escreve vários artigos³⁷ em que se manifesta frontalmente contra todos os atos iconoclastas e propõe em 2021 uma «Carta de direitos e deveres do património histórico-cultural português»³⁸.

³⁷ Vítor Serrão, «Contra todos os iconoclastas», *Jornal Público*, 13 de junho de 2020; «O padrão de Belém: iconoclasma a preto e branco», *Jornal Público*, 24 de fevereiro de 2021; «Carta de direitos e deveres do património histórico-cultural português», *Jornal Público*, 11 de março de 2021.

³⁸ «Decorrente do seu valor de autenticidade, tal como a UNESCO o reconhece, o Património tem sempre o dever de testemunhar, documentar, intervir, afirmar qualidades estéticas. É em nome desse mesmo valor que se impõe que lhe sejam respeitados **direitos**, tal como os que se seguem:

1. Os monumentos e obras de arte têm direito à sua continuada vivência estética, material e simbólica.
2. Os monumentos e obras de arte têm direito a ser estudados, analisados, ensinados, vivenciados e conservados.
3. Os monumentos e obras de arte têm direitos inalienáveis de salvaguarda, inventariação e classificação.
4. Os monumentos e obras de arte têm direito ao escrutínio crítico e à integridade física em cada nova situação ou tempo histórico.
5. Os monumentos e obras de arte têm o direito à inutilidade e a não serem subjugados aos interesses que lhe imponham rentabilidade ou possam de algum modo provocar a sua destruição, mutilação ou perda absoluta de autenticidade.
6. Os monumentos e obras de arte têm direito, em nome da sua autenticidade, a apelar à resistência das comunidades perante ameaças iconoclásticas.
7. Os monumentos e obras de arte têm direito, em nome da sua autenticidade, a apelar à resistência das comunidades perante casos abusivos de iconofilia.
8. Os monumentos e obras de arte têm direitos a desempenhar uma função de cidadania pelo facto de assumirem sempre um valor testemunhal.
9. Os monumentos e obras de arte têm direito a dar cumprimento às suas mais-valias históricas, estéticas, pedagógicas e sociais que, tal como ontem, continuarão sempre operativas.
10. Os monumentos e obras de arte têm direitos de inclusão face à heterogeneidade (religiosa, social, rática, política) dos seus interlocutores de ontem, de hoje e de amanhã.», Vítor Serrão, «Carta de direitos e deveres do património histórico-cultural português», *Jornal Público*, 11 de março de 2021.

- O governo aprovou, em julho de 2021, o *Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025*.
- No 47.º aniversário do 25 de Abril, em 2021, «O presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, decidiu centrar o seu discurso na guerra, no passado colonial e na descolonização»³⁹.
- A morte do tenente-coronel Marcelino da Mata, da Guiné-Bissau, em 14 de fevereiro de 2021, levantou grande polémica pelo facto do funeral ter tido a presença dos principais representantes do país, havendo manifestações de repúdio e de louvor.
- O primeiro-ministro António Costa, numa visita oficial a Moçambique em setembro de 2022, classifica o confronto / massacre de Wiriyamu como um «Acto indesculpável que desonra a nossa História», jornal *Público*, 3 de setembro de 2022.

Se atentarmos na terminologia e nas expressões utilizadas neste confronto de ideias (e ideais), percebemos facilmente, não apenas o diferendo, mas a radical oposição de visões sobre o nosso passado histórico:

'VISÃO CONTESTATÓRIA'	'VISÃO INSTITUCIONAL'
COLONIZAÇÃO	"LUSOFONIA"
ACULTURAÇÃO	LÍNGUA, CULTURA, PATRIMÓNIO, MAR
IMAGINÁRIO IMPERIALISTA	"PORTUGALIDADE"
CHOQUE DE CULTURAS	VOCAÇÃO CIVILIZADORA
EVANGELIZAÇÃO FORÇADA	MISSÃO ECUMÉNICA E MISSIONÁRIA
	FRATERNIDADE CRISTÃ
ESTATUTO DO INDIGENATO	"LUSOTROPICALISMO"
COLÓNIAS	PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS

³⁹ «Imaginando dois polos simétricos e extremados no debate, censurou ainda as «autoflagelações globais excessivas», que levariam a «passarmos de um olhar acrítico triunfalista e exclusivamente glorioso da nossa história para uma demolição global e igualmente acrítica de toda ela.» [MIGUEL CARDINA, 2023, 58]

Departamento dos Bens Culturais

Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial

IMPÉRIO	ULTRAMAR
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS	FOMENTO ECONÓMICO
ESCRAVATURA	MULTICULTURALIDADE
SEGREGAÇÃO	INTERCULTURALISMO
DISCRIMINAÇÃO	MISCIGENAÇÃO
COLONIALIDADE	CIVILIZAÇÃO PLURICONTINENTAL
OPRESSÃO	CIVILIZAÇÃO MULTIRRACIAL
"PASSADOS DOLOROSOS"	"PASSADOS AUSPICIOSOS"
RACISMO	"EURÁFRICA"
	ENCONTRO DE CULTURAS
	"VIVÊNCIA UNIVERSALISTA"
	"AVENTURA MARÍTIMA"
	INTEGRACIONISMO
	"HUMANISMO UNIVERSALISTA"
GUERRA COLONIAL	
	"VOCAÇÃO ECUMÉNICA"
	INTERCULTURALISMO
	"UNIVERSALISMO LUSO"
	DESCOBRIMENTOS

Do "lado da contestação" refere-se o facto de ter havido uma descolonização envergonhada e não assumida, que não expiou as suas culpas (quer dos colonizados, quer dos colonizadores, nomeadamente em relação aos 'retornados'), e que se recusa a debatê-la, pois tornou-se uma "memória incómoda e silenciada", levando a um neocolonialismo latente (em Portugal, como na Europa), que origina situações de grande injustiça social⁴⁰. Critica-se a historiografia, especialmente a

⁴⁰ «A relação orgânica desta invisibilização de uma grande parte desta população europeia, muitas vezes étnica e religiosamente marcada. A relação orgânica desta invisibilização com a herança colonial traduz-se na relutância em assumir essa herança, evitando os temas do racismo e da exclusão, que geraram uma relação

produzida no tempo do Estado Novo (que foi positivista e positiva, no sentido de selecionar só o que interessava)^{41/42}, mas também a do período democrático, por desinteresse, por ocultação ou, inclusive, por considerar o colonialismo como algo de benigno^{43/44/45}.

deficitária destas pessoas com o Estado, nomeadamente impedindo o acesso «durante muito tempo, à cidadania autêntica e válida (Gilroy, 2007; 172).» [MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO, 2016, 20].

⁴¹ «De resto (...) os historiadores lusófilos e lusitanistas convergirão em regra com os interesses de uma «história de regime» ou pelo menos não a farão, em regra, «contra o regime» ou até «fora do regime.», Luís Reis Torgal [1998 (1996)] – «A história em tempo de «ditadura», in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal*. Temas e Debates, Vol. 1, p. 310.

⁴² «À medida que uma historiografia mais identificada com os ideais do regime se ia divulgando e impondo, uma outra se foi desenvolvendo, graças a contributos de diversas proveniências. Detecta-se, assim, uma história geralmente posicionada «fora» ou «contra» a historiografia de regime, através da qual se refutam muitas das ideias e dos mitos por esta divulgados. As alterações deste rumo começarão sobretudo a verificar-se tardiamente, nos anos 60, assim como se operarão modificações na historiografia portuguesa.», José Amado Mendes [1998 (1996)] – «A renovação da historiografia portuguesa», [TORGAL, MENDES, CATROGA, 1996, 313].

⁴³ «A sua disseminação [o “lusotropicalismo”] resulta, entre outros aspetos, na reprodução de um imaginário imperial glorificado, que tendeu a ser central na produção de uma história nacional(ista), sobretudo durante o Estado Novo, e que continuaria ativo no período democrático. (...) Assim seria com o tópico dos descobrimentos: a ausência de narrativas sobre a violência colonial e sobre as resistências anticoloniais e antirracistas permite que assumam uma constante «performatividade na configuração actual de um imaginário da nação portuguesa como uma nação global e intercultural.», [MIGUEL CARDINA, 2023, 41].

⁴⁴ «Fomos todos tão socializados na ideia de que as lutas de libertação anticolonial do século XX puseram fim ao colonialismo que é quase uma heresia pensar que afinal o colonialismo não acabou, apenas mudou de forma ou de roupagem, e que a nossa dificuldade é a de a nomear adequadamente.», Boaventura de Sousa Santos, «O colonialismo insidioso», *Jornal Público*, 30 de março de 2018.

⁴⁵ Eduardo Lourenço interpreta o “mito colonial” de acordo com quatro princípios: 1.º Superficialidade (é uma “autoilusão”); 2.º Hipertrofia da consciência (através dos *Lusíadas*); 3.º Ficção (o império como ficção e a ficção como império); 4.º Silêncio («se não se passou nada, nada há a dizer»), in revista *Sábado*, 26 de julho de 2014.

Esta realidade estará relacionada, de acordo com alguns autores, como José Gil, com as 'limitações' do processo democrático, nomeadamente no que respeita à (demora na) formação de uma sociedade culta, informada e crítica⁴⁶. Nesta perspetiva, a bonomia e indiferença face à descolonização, e fenómenos associados, deriva de um processo democrático incompleto que é resultado, em grande medida, da 'pesada herança salazarista'⁴⁷.

No entanto, em nosso entender, a produção historiográfica, com denúncia da escravização, sempre existiu⁴⁸. Poderá, é certo, invocar-se que o tema da escravização (e o posterior 'trabalho forçado')

Artigo publicado na sequência da publicação da coletânea de textos de Eduardo Lourenço intitulada: *Do colonialismo como nosso impensado*. Lisboa: Gradiva, 2014.

⁴⁶ «Um diagnóstico sumário é bastante para pôr em evidência o divórcio parcial, ainda existente no nosso país, entre conhecimento e democracia: A ausência de um espaço de transmissão horizontal e vertical de conhecimentos no campo social. Horizontalmente, traduz-se pela falta de canais de comunicação entre os membros de uma comunidade científica, por exemplo. Verticalmente, pela falta de canais de mediações entre camadas sociais que permitam que o conhecimento especializado seja filtrado, traduzido em termos simples («vulgarizado»), transmitido e sedimentado na «cultura geral» popular. Por várias razões, esse espaço não existe em Portugal.», José Gil [2004] – *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio D'Água, p. 38.

⁴⁷ «O 25 de Abril recusou-se (...) a inscrever no real os 48 anos de autoritarismo salazarista. Não houve julgamentos de Pides nem de responsáveis do antigo regime. Pelo contrário, um imenso perdão recobriu com um véu a realidade repressiva, castradora, humilhante de onde provínhamos. Como se a exaltação afirmativa da «Revolução» pudesse varrer, de uma penada, esse passado negro. Assim se obliterou das consciências e da vida a guerra colonial, as vexações, os crimes, a cultura do medo e da pequenez medíocre que o salazarismo engendrou. (...) Quando o luto não vem inscrever no real a perda de um laço afectivo (de uma força), o morto e a morte virão assombrar os vivos sem descanso.», [José Gil, 2004, 16].

⁴⁸ Atente-se em passagens como esta: «Não sendo um fenómeno novo na história da humanidade, a escravatura ganhou a partir do século XV uma nova dimensão. Convivendo, por vezes, com o regime de servidão durante a Idade Média europeia, o reatar da escravatura que acompanha o nascimento do mundo moderno vai deixar marcas profundas na Europa, na América e sobretudo em África. // Acompanhando o movimento expansionista europeu impulsionado pela revolução comercial que se estendeu dos séculos XVI a XVIII, a escravatura transferiu as suas rotas do Mediterrâneo para o Atlântico, internacionalizando-se e fazendo

não teve, à época (especialmente no início do período democrático), a divulgação / reflexão que – nós hoje – consideramos dever ter merecido, mas, não é correto afirmar-se que a historiografia portuguesa do período democrático não abordou, de modo profícuo e isento, a temática da escravização⁴⁹. Esta seria, na opinião crítica de Vitorino Magalhães Godinho, uma história

do escravo negro uma peça fundamental na criação do capital que veio proporcionar a Revolução Industrial. // A partir de meados do século XV, a escravatura torna-se uma das principais formas que caracterizam as relações internacionais entre a África, a Europa e a América. No entanto, é necessário ter presente as modalidades e os mecanismos da escravatura durante os séculos anteriores para melhor apreciar as mudanças ocorridas ao longo do século XV, que explicam uma das mais cruéis e longas injustiças da história: o tráfico de homens e a expatriação de vários milhões de africanos.», Yoro Fall [1993 (1989)] – «Escravatura, servidão e reconquista», in *Portugal no Mundo*, Luís de Albuquerque (Dir.). Lisboa: Publicações Alfa, S. A., Volume 1, p. 300.

⁴⁹ Basta atentar na obra do historiador José Capela [i.e., José Soares Martins] (entre outros, como Vitorino Magalhães Godinho, Afonso Taunay, Frédéric Mauro, Charles Boxer, Valentim Alexandre, Pedro Ramos de Almeida, António Carreira, Jill Dias ou João Pedro Marques), que tomou o tema como razão fundamental das suas investigações desde os anos 70 do século XX, tendo produzido dezenas de artigos e obras onde denuncia, com particular veemência, a temática, levando, inclusive, a discussões com os seus pares. Na verdade, a prática da escravização foi, desde muito cedo, alvo de notícias muito críticas em autores como Gomes Eanes de Zurara, no século XV (*Crónica da Guiné*), P.^o Fernando de Oliveira, no século XVI (*Arte da Guerra do Mar*, de 1555), Manuel Severim de Faria, no século XVII (*Dos remédios para a falta de gente*, de 1655), P.^o Manuel Ribeiro Rocha, no século XVIII (*Ethiope Resgatado, Contratado, Mantido, Corrigido, Instruído e Libertado*, de 1758), Alexandre Herculano (*História de Portugal*, tomo VI) e, especialmente, do Marquês de Sá da Bandeira (*O Trabalho Rural Africano e a Administração Colonial*), no século XIX, para não referir a prolixa produção do tempo da 1.^a República e do Estado Novo. Isto não obsta que não houvesse dificuldades, especialmente no período do Estado Novo, no acesso à documentação e sua posterior divulgação / publicação, especialmente se considerados autores oposicionistas ao regime.

“desapaixonada” e de “cátedra”, de modo a procurar-se, na medida possível, uma posição “neutral”⁵⁰.

O que hoje podemos dizer é que o colonialismo e fenómenos associados (como a escravatura e o trabalho forçado) foram – e, para muitos, ainda são – temas traumáticos (no que é, em si mesmo, um processo natural de autoestima) que, só por um processo de demorada catarse social (e pessoal), se podem (e devem) progressivamente superar. É talvez por isso que aquilo a que hoje assistimos, com as críticas lancinantes e ações disruptivas, que irrompem no nosso quotidiano, são processos de violento confronto de memórias, que a História parece (ainda) não ter conseguido resolver.

Vejamos, através de um pequeno excerto, escrito de acordo com o pensamento da historiografia tradicional⁵¹, a propósito do processo de colonização, como se cruza(va) ‘História’ e ‘Memória’ – pois é disso que se trata aqui –, seja para entendermos essas épocas, seja para (tentarmos) entender a nossa:

«A História vive de distância. É a distância que proclama a História. Distância e História são inseparáveis.

Sabemos todos que a apreciação humana dos acontecimentos necessita de certa perspectiva, do cimo da qual eles tomam a sua exacta configuração e aparência. Na prática, traduz-se esta exigência no facto de que se considera reservada a documentação que não tenha atingido alguns anos. Variam estes, não só segundo os países, mas também conforme a matéria de que tais papéis se ocupam. O número de 50

⁵⁰ Face à sensibilidade do tema, há que reconhecer que a opinião dos historiadores não coincide acerca do grau de pressão e controle exercido pelo regime sobre a produção historiográfica. Sobre o assunto ver, nomeadamente, Jorge Fonseca [2014] – «A historiografia sobre os escravos em Portugal», in *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, volume 33, pp. 191-218, e José Manuel Guedes de Sousa, [2020] – «Escribir historia bajo la dictadura: la historiografia portuguesa durante el *Estado Novo*», in *Dossier: Historiografia y dictaduras. Una mirada internacional*.

⁵¹ Embora escrito já no período democrático.

anos é geralmente admitido como a distância necessária para a fria apreciação de acontecimentos vulgares. Há, porém, casos em que se exige mais ou menos tempo.

A distância, por outro lado, humaniza, une e faz convergir os sentimentos humanos, por mais díspares e divergentes que sejam. Diziam os Latinos que *nihil violentum durabile* – a violência não pode durar. É fácil convencemo-nos disto. Veja-se, por exemplo, qual o juízo vulgar que se tem a propósito de colonizações e de contactos interpovos, de que nos fala a História? Que pensar dos Assírios? E dos Cartagineses? E dos Gregos? E dos Romanos? A distância esbateu as arestas, limou as farpas. Estes povos afinal não eram bárbaros, antes pelo contrário: a colonização grega, cartaginesa, romana, etc., merece hoje louvor quase geral. (...)

Não se caia, porém, no extremo de afirmar que a distância absolve tudo. Não. O mal é sempre mal. Além disso: a crueldade, a atrocidade, o insulto, não foram praticados só pelos «bárbaros», mas também pelos civilizados. É o que nos ensina o estudo da contingente e fraca natureza humana. Natureza esta que é obrigada a aceitar, como fonte de direito, a opressão, a crueldade, etc. Não em si mesmas, é verdade, mas situadas dentro do devir histórico.»⁵²

Limar ou afiar as farpas da História? É disso que se trata.

De acordo com esta perspetiva, o “tempo de catarse” é necessário simultaneamente por razões sociopsicológicas e de metodologia histórica. Será assim?

Nesta visão, chamemos-lhe tradicional, a História sobrepõe-se, quase em absoluto, à Memória. É característica de épocas de estabilidade e de ausência de conflitualidade social face ao passado⁵³.

⁵² António da Silva Rego [1994] – *Estudos de História Luso-Africana e Oriental (Séculos XVI – XIX)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, p. 129.

⁵³ Como ocorreu durante o regime do Estado Novo, de modo mais ou menos natural ou artificial, conforme as leituras que cada um faça.

Hoje, porém, como observamos, estamos perante tempos conturbados de conflitualidade social em que a História, por recurso à Memória, é colocada em causa^{54/55}.

É de acordo com esta perspetiva, e como solução para a ‘crise’, que Miguel Cardina [2023, 79] propõe «Acionar formas de desmontar a colonialidade passa por combater decisivamente a afasia dominante, as suas razões históricas e as suas consequências. Passa, pois, por encetar diálogos que ancorem alianças e construam horizontes de igualdade efetiva desafiadores dos mecanismos de exploração capitalista e dos legados que o colonialismo deixou, desde logo em populações que, a partir da permanência de lógicas de sub-humanização, foram sendo vítimas de processos de segregação, discriminação e opressão.»

⁵⁴ «A veces existe una frialdad ante la memoria y vemos sociedades o individuos *desmemoriados* u *olvidadizos* que viven en un *presentismo* radical producto de la aceleración del tiempo; pero en otras ocasiones, especialmente en períodos de transición política y de crisis, rebrota la memoria y emergen memorias conflictivas que desmontan a la memoria oficial y la someten a crítica para reordenar los relatos de la historia y reapropiarse del pasado: estos contextos de transición, muy presentes en los últimos decénios en América Latina, en la Europa del Este o en algunos países de África, suelen vir acompañados de *políticas de memoria* – a veces llamadas por sus protagonistas “*políticas de verdad y de justicia*” – como procesos indispensables para lograr una reconciliación con el pasado y cimentar un nuevo orden social y político.», Ignacio González-Varas Ibáñez [2014] – *Las ruinas de la memoria: ideas y conceptos para una (im)posible teoría del patrimonio cultural*, p. 26.

⁵⁵ Ignacio González-Varas, embora reconhecendo as evidentes sobreposições entre *História* e *Memória*, e a importância de ambas para o processo civilizacional, procurou evidenciar as suas diferenças, num jogo de oposições: a História é passado, é reflexiva, científica, racional, documental, intelectual, institucional, oficial, tendencialmente universal e unitária, construída desde cima, etc., enquanto a Memória é presente, é emocional, sensorial, evocante, recordativa, momentânea, atual, crítica, psíquica, tendencialmente fragmentária e seletiva, construída desde baixo, etc., pp. 26 a 41.

Departamento dos Bens Culturais

Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial



FIGURA 1 – Exemplos de manifestações pacíficas que «mostram o processo de questionamento da identidade no confronto entre a memória colonial e as realidades pós-coloniais», in Francisco Bethencourt [2017] – *Racismo e Cidadania*, Catálogo da Exposição realizada no Padrão dos Descobrimentos, entre 6 de maio e 3 de setembro de 2017.



FIGURA 2 – Estátua do P.º António Vieira vandalizada, Largo da Misericórdia, em Lisboa. [FONTE: Blogue BUALA]

Direção-geral abre processo de classificação do Padrão dos Descobrimentos com anúncio no Diário da República

Padrão dos Descobrimentos estava já incluído na Zona Especial de Proteção do Mosteiro dos Jerónimos e na do Museu de Arte Popular. O monumento histórico foi vandalizado na semana passada.



FIGURA 3 – Notícia sobre a vandalização do Padrão dos Descobrimentos [FONTE: O Observador, 28.06.2023]

Do “lado institucional” (se nos é permitido chamá-lo assim) argumenta-se que a História produzida nas últimas décadas foi feita por intelectuais de craveira e que, mesmo que no tempo do Estado Novo, apesar das dificuldades impostas pelo regime, houve homens da oposição (historiadores, escritores, filósofos, sociólogos, jornalistas, etc.) que publicaram as suas visões do passado⁵⁶. E alguns destes eruditos foram particularmente assertivos em denunciar a escravatura^{57/58}, embora seja certo que tiveram problemas com a censura do regime, especialmente no período anterior à Segunda Guerra Mundial⁵⁹. E que dizer da vasta produção intelectual nos tempos de liberdade democrática, de autores dos mais diversos quadrantes políticos⁶⁰?

⁵⁶ Nomes como Joaquim Barradas de Carvalho, Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, António Sérgio, Francisco Cunha Leal, António José Saraiva, A. H. de Oliveira Marques, Vitorino Magalhães Godinho, Eduardo Lourenço, António Borges Coelho, Luís de Albuquerque, Joel Serrão, Jorge de Sena, Miguel Torga, Manuel Alegre, etc.

⁵⁷ Como foi o caso de Jaime Cortesão, João Lúcio Azevedo, Manuel Heleno ou Edmundo Correia Lopes, logo nos anos 30 e 40 do século XX. O último destes autores, por exemplo, publicou, em 1944, a obra *Escravidão, Subsídios para a sua história*, numa edição da Agência Geral das Colónias.

⁵⁸ Historiadores estrangeiros de renome, como Charles Boxer, Frédéric Mauro ou Fernand Braudel, colaboraram com as instituições académicas portuguesas, nos anos 60, num sinal de (relativa) abertura / independência intelectual. Sobre o assunto ver José Manuel Guedes de Sousa [2020] – «Escribir historia bajo la dictadura: la historiografía portuguesa durante el Estado Novo, *Dossier: Historiografías y Dictaduras. Una mirada internacional*.

⁵⁹ Deixamos de fora propositadamente nomes importantes da nossa cultura, como Vitorino Nemésio, Agostinho da Silva, Jorge Dias, Orlando Ribeiro, etc., porque podem, em maior ou menor medida, ser confundidos com as motivações / interesses do regime do Estado Novo.

⁶⁰ Autores como José Mattoso, Eduardo Lourenço, Fernando Rosas, Adriano Moreira, Eduardo Prado Coelho, José-Augusto França, Margarida Acciaiuoli, Nuno Teotónio Pereira, Fernando Dacosta, Paulo Varela Gomes, Luís Reis Torgal, Fernando Catroga, José Gil, José António Saraiva, António Costa Pinto, Nuno Severiano Teixeira, Manuel Villaverde Cabral, Manuel Braga da Cruz, António Manuel Hespanha, Guilherme d’Oliveira Martins, Miguel Real, René Pélissier, João Medina, António Carreira, Sérgio Campos Matos, etc.

Perguntam alguns se esta “ofensiva cultural” a que hoje se assiste não pretende, de alguma forma, esconder os insucessos verificados nas experiências “pós-colonialistas”, passadas que são cinco décadas de independência, como o *déficit* democrático, as lutas entre facções, o descontrolo demográfico (que estará na base das avalanches migratórias em direção ao Norte), o continuado retrocesso nas condições de vida das populações ou a corrupção dos regimes?

Referem ainda que as críticas partem maioritariamente dos que cá estão (na Europa, em Portugal), e já em segunda ou terceira geração, no que podendo – ou não – ser paradoxal, é sinal evidente da maturidade e validade dos regimes democráticos que o permitem e incentivam. Mas, alertam para os ventos (ou tempestades?) que sopram por esse vasto Ocidente atlântico.

No “lado da contestação” encontramos (sob diversas nuances) autores como Boaventura de Sousa Santos, Eduardo Lourenço, Francisco Bethencourt, Diogo Ramada Curto, Miguel Cardina, Margarida Calafate Ribeiro, Rui Tavares, Miguel Bandeira Jerónimo, Elsa Peralta, Pedro Cardim, Maria Isabel João, Pedro Schacht Pereira, Manuel Loff, Mariana Pinto dos Santos, etc.

No “lado institucional” encontramos (embora com posições diversas, mais conciliatórias ou mais radicais) autores como Vítor Serrão, António Barreto, Fernando Dacosta, José Pacheco Pereira, Rui Ramos, João Pedro Marques, João Paulo Oliveira e Costa, Bernardo Vasconcelos e Silva, José Manuel Fernandes (jornalista), Miguel Sousa Tavares, João Miguel Tavares, etc.

A ideia essencial de quem contesta é: se muda a sociedade, nomeadamente por afluxo significativo de novas comunidades, maioritariamente oriundas das ‘antigas colónias’ (com novos valores e outras visões da História), devem mudar também os monumentos, pois estes não passam de símbolos / códigos que, numa nova sociedade, podem já não ter lugar, por desfasados da (nova) realidade.

Quem se sente contestado, responde com argumentos vários, que se podem traduzir em perguntas. Aqueles que, entretanto, chegaram ao nosso país, há mais ou menos tempo, filhos e netos daqueles que na primeira pessoa sentiram os efeitos da colonização / descolonização, são, necessariamente

uma minoria. Independentemente das razões (e do desconforto) que lhes assistem, têm o direito de impor a sua visão aos outros que, de uma forma ou de outra, aceitam a “história instituída”?

E aqueles que vieram possuem um ‘salvo-conduto’ que lhes permite opinar em nome da ‘maioria-silenciosa’ que ficou ou que, entretanto, já faleceu?

O facto de assumirem estas posturas reivindicativas e terem escolhido Portugal para sua residência, não indicia ou significa que não cortaram os laços com a “antiga metrópole” e se sentem também, em maior ou menor medida, portugueses? E se assim é, não é uma contradição?

O facto de lhes ser permitido residir e, mesmo, adquirir a cidadania portuguesa, não é um gesto – gratificante – de conciliação do país e suas gentes para com eles?

Para além destas questões, outras se devem colocar, nomeadamente se com este movimento de contestação não se estará a abrir uma “caixa de pandora”, de que não sabemos as consequências? Vejamos.

Alguns estudiosos, como vimos acima, têm-se questionado acerca do enigma do alheamento dos portugueses face a acontecimentos tão importantes como o processo de descolonização: «Entretanto, de todos os autores que tropeçaram na estranheza desta aparente falha da nossa consciência colectiva foi, talvez, Eduardo Lourenço quem a traduziu com maior acuidade. Vale a pena recordar as suas reflexões: “Treze anos de guerra colonial, derrocada abrupta desse Império, pareciam acontecimentos destinados não só a criar na nossa consciência *um traumatismo profundo* – análogo ao da perda da independência – mas um repensamento em profundidade da *totalidade da nossa imagem perante nós mesmos e no espelho do mundo*. Contudo, todos nós assistimos a este espectáculo surpreendente: nem uma nem outra coisa tiveram lugar.”»⁶¹

Pergunta-se: foi realmente assim? Estes temas são hoje assunto encerrado? Houve aceitação passiva e indiferença generalizada dos portugueses? Não terá sido antes, como já afirmámos, uma

⁶¹ Eduardo Lourenço [1976] – «Requiem por um império que nunca existiu», originalmente publicado em *O Fascismo Nunca Existiu*, republicado na coletânea *Do Colonialismo como Nosso Impensado*. Lisboa: Gradiva, 2014, p. 206. Citado por Mário Artur Machaqueiro [2017] – «Memórias em Conflito ou o Mal-Estar da Descolonização», in Fernando Rosas, Mário Machaqueiro e Pedro Aires Oliveira, *O Adeus Ao Império, 40 Anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Veja, p. 228.

estratégia, ainda em curso e necessariamente dolorosa, de catarse social? Se assim foi, expiadas as “culpas”, a sociedade portuguesa entendeu, estrategicamente, olhar o futuro e procurar construir um país melhor.

O sociólogo Mário Artur Machaqueiro, nos dois artigos citados, escritos a solo e em colaboração, levanta várias questões particularmente pertinentes a propósito:

«Começo por uma evidência: a memória, particularmente quando incide sobre acontecimentos ou processos históricos socialmente partilhados, não é uma simples rememoração distanciada. É, pelo contrário, uma construção social, individual e colectiva, fortemente investida por afectos, por valores e representações imaginárias. Consequentemente, é também uma construção atravessada por tensões e conflitos. À primeira vista, a memória da descolonização portuguesa oferece o exemplo acabado desta evidência.» [MÁRIO MACHAQUEIRO, 2017, 227]

E qual a opinião dos portugueses acerca da descolonização? «Em 1984, uma sondagem à atitude dos portugueses relativamente à descolonização revelava uma tendência que três décadas volvidas [2017], talvez ainda permaneça válida – 69 por cento dos inquiridos concordava com a descolonização “independente da forma como se deu”, mas 73 por cento dos mesmos considerava que o processo de retirada imperial havia sido mal conduzido”⁶² (...) Embora essa percepção nunca tenha chegado a pôr em cheque a legitimidade do 25 de Abril e do regime estabelecido em 1976 (tanto essa sondagem como um outro estudo de opinião realizado em 1978 demonstram que a grande maioria da população olhava para a independência das colónias como algo de inevitável)⁶³, as

⁶² Ver «Descolonização e nacionalizações – muitos a favor mas de outro modo», *O Jornal*, 19 e 26 de abril de 1984.

⁶³ Mário Bacalhau [1978] – «Sondagem à opinião pública. Os portugueses e a política quatro anos depois do 25 de abril». Lisboa: Instituto de Estudos de Desenvolvimento / Editorial Meseta, na qual 59 por cento dos inquiridos se revelava favorável à concessão da independência às colónias, embora “garantindo os direitos dos portugueses lá radicados”. Apenas 2 por cento se afirmava favorável à continuação da guerra contra os movimentos de libertação.» [ROSAS, MACHAQUEIRO, OLIVEIRA, 2017, 8].

feridas abertas pela descolonização permaneceram por sarar durante largos anos.» [ROSAS, MACHAQUEIRO, OLIVEIRA, 2017, 8].

«A distância temporal, e a atitude mais inquisitiva que por vezes só a passagem dos anos permite, tem também facilitado o escrutínio dos aspectos melindrosos ou traumáticos que estão invariavelmente presentes na história de todas as descolonizações. Embora ainda de forma impressiva, situações como a da repressão que se abateu sobre os antigos combatentes africanos das forças armadas portuguesas, ou outros “colaboradores” do poder colonial, começam finalmente a ser examinadas, quer em Portugal quer nos chamados PALOP. (...) Uma vez mais, a ideia de que aquilo que teve lugar nos diferentes territórios terá correspondido mais a uma fuga às responsabilidades, ou a uma parcialidade a favor de alguns dos grupos nacionalistas, do que a uma tentativa de organizar uma saída tão “honrosa” quanto possível, revela uma resiliência assinalável.» [ROSAS, MACHAQUEIRO, OLIVEIRA, 2017, 10].

E que dizer acerca da relação entre os portugueses de cá (“metrópole”) e os portugueses de lá (“retornados”)? «Separação ou desarticulação que Rui Ramos também anotou, embora na sua perspectiva ela apareça mais como uma construção ideológica que terá servido, em 1974, para absolver os portugueses – subentenda-se: os da metrópole – de culpas da expansão colonial⁶⁴, desculpabilização que espelhava, implicitamente, um diferendo entre os que ficaram e os que partiram para África, exacerbando, em muitas reacções de rejeição suscitadas pelo “retorno” dos colonos. Assim sendo, o trauma acabou por ser vivido apenas num dos polos da referida separação. E isso explica-se por que só aí se investiu, simbólica e emocionalmente, num Portugal “ultramarino”: “Alude-se às vezes ao traumatismo da descolonização, mas o que se visa e pensa nele é apenas o ‘drama retornado’, autêntico drama deles, retornados, mas não da mãe-pátria e, ainda menos, da sua classe dirigente, em princípio, implicada nele.» [MÁRIO MACHAQUEIRO, 2017, 232].

«Por outro lado, não é líquido que a identidade nacional dos colonos de segunda ou de terceira geração tenha sido, simples e linearmente, “portuguesa” e muito menos portuguesa

⁶⁴ Ver Rui Ramos [2007] – «O Império que nunca existiu». A Cultura da Descolonização em Portugal, *Revista de História das Ideias*, n.º 28, pp. 456-457 [MÁRIO MACHAQUEIRO, 2017, 232].

“metropolitana”. À margem da propaganda oficial da ditadura salazarista, mas também das reivindicações identitárias dos movimentos africanos de libertação, certos testemunhos de ex-colonos obrigam-nos a admitir a existência de um terceiro ponto de vista, a par da “perspectiva da metrópole” e da “perspectiva do combatente anticolonial”. Finalmente, e pegando de novo na destriça que Luís Moita⁶⁵ sugeriu, convém lembrar que o “ponto de vista dos povos africanos” está longe de ser homogêneo ou de se identificar integralmente com a perspectiva dos movimentos de libertação. (...) Não estamos, portanto, diante de uma simples dualidade – o colonizador português de um lado e os povos africanos do outro – mas de uma pluralidade de “pontos de vista” que se desdobram em outras tantas memórias de descolonização.» [MÁRIO MACHAQUEIRO, 2017, 232].

As memórias são muitas e nem sempre contam as mesmas verdades.

Face a este panorama, cabe perguntar, com Eduardo Lourenço, se as *feridas* supuraram. Julgávamos que não, mas, pelos acontecimentos dos últimos tempos, arriscamo-nos a afirmar que sim⁶⁶.

Nas atuais circunstâncias, coloca-se a questão de saber como agir.

As sociedades evoluem e, por consequência, a Cultura e a história e memória que lhe estão subjacentes. Mas, na verdade, a História é a mesma e sê-lo-á sempre. O nosso conhecimento e os valores que sobre ela projetamos é que vão mudando. E, nessa perspetiva, com o avançar no tempo aumenta, em princípio, o conhecimento, a compreensão e a consequente capacidade de reflexão.

⁶⁵ Luís Moita [1985] – «Elementos para um balanço da descolonização portuguesa», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, p. 501.

⁶⁶ O apaziguamento da sociedade parecia, na transição de séculos, estar em bom curso: «Com as instituições democráticas consolidadas e os benefícios tangíveis da integração europeia a criarem o sentimento de que as grandes opções estratégicas da revolução tinham sido acertadas, era natural que uma atmosfera mais apaziguada em relação ao 25 de Abril e à descolonização sobreviesse. (...) Entre 1998 e 2002, três acontecimentos altamente simbólicos pareciam anunciar o fim do luto imperial – a realização da EXPO-98, um evento concebido para celebrar uma identidade pós-colonial que não enjeitava a memória das “Descobertas”; a transferência pacífica e ordenada da administração portuguesa em Macau para a República Popular da China (1999); e o advento da independência de Timor-Leste (2002).» [ROSAS, MACHAQUEIRO, OLIVEIRA, 2017, 9].

Assim, a nossa visão do Padrão dos Descobrimentos já não é exatamente a mesma daqueles que o ergueram e, à época, o admiraram, pois mudaram os tempos e, com eles, o regime, o país e o Mundo. E outra coisa não podia ser.

Hoje já não são as cruzadas, o colonialismo, o império, o *lusocentrismo* e o *eurocentrismo* [CATROGA, 1998, 301], ou são-no enquanto história e memória, pois sem elas não há conhecimento e civilização. No entanto, os portugueses (e não só) continuam a rever-se na sua dimensão humanista, ecuménica, científica e aventureira, entre outros valores e significados, que cada um elege de acordo com a sua sensibilidade e conhecimento.

Mas, mesmo que por hipótese, num futuro mais ou menos próximo ou distante, a maioria dos cidadãos já não se revisse, do mesmo modo (ou de qualquer modo), nos valores e mensagens personificados no Padrão, ficaria sempre o seu valor *rememorativo*⁶⁷, isto é, cultural e histórico. Como se sabe, o país começou⁶⁸, em grande medida, a memorizar, a valorizar (e a construir) os seus símbolos e heróis – tendo em vista um “culto patriótico do passado” – e, por consequência, a sua visão da história, no século XIX, com especial incidência no período da Monarquia Constitucional e depois, com maior intensidade, na 1.ª República e no Estado Novo⁶⁹. Assim, aquilo que contemplamos no Padrão dos Descobrimentos, se outra coisa não for ou não puder ser, será sempre a história do nosso último século e meio, embora com preponderância do regime do Estado Novo (pela iniciativa e pelas personagens ligadas à Igreja).

Em termos de conclusão e voltando ao nosso assunto.

⁶⁷ Como um «valor rememorativo intencional» com o objetivo «de nunca deixar, de certa forma, que um monumento faça parte do passado, permitindo que permaneça na consciência das gerações futuras, sempre presente e vivo.», Alois Riegl [1903] – *O culto moderno dos monumentos – O seu caráter e origem*.

⁶⁸ Na esteira do impulso europeu de glorificação das suas personagens míticas: Schiller (Alemanha), Rubens (Bélgica), Petrarca (Itália e França), Voltaire e Rousseau (França), Camões e Infante D. Henrique (Portugal), etc. [TORGAL, 1996, 226].

⁶⁹ Recorde-se que nestes três sistemas políticos, o escol dos intelectuais e políticos sempre defendeu que o Império era não apenas importante, mas fundamental, para a Nação.

Departamento dos Bens Culturais

Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial

Quais são as reclamações, no que respeita aos monumentos públicos? Duas, no essencial.

Primeira: uma “história plural” que pode ser conseguida com “monumentos outros”, que relembrem “o reverso da história”.

Segunda: uma “história neutra” que não passe pela sua glorificação (como será o caso da sua distinção pelo ato de classificar)⁷⁰.

Em relação à primeira, relembra-se que um dos principais valores da Democracia se prende com o zelo das maiorias face às minorias, de onde, acreditamos, se encontrará lugar.

Em relação à segunda, recordamos que foram as manifestações disruptivas em relação a muitos monumentos que os tornaram (mais) visíveis, de onde a corrida à sua proteção, nomeadamente pela classificação.

De tudo o que se referiu, depreende-se que haverá que percorrer um caminho de convergência, por *construção* e por *preenchimento* das lacunas da nossa História. O objetivo continua a ser construir um Portugal melhor. E todos os que cá vivem, por nascimento, por recurso ou por vontade, devem assumir e/ou respeitar uma Cultura comum, com as suas venturas e desventuras. Para que a conjuntura não vire estrutura.

Para encerrar, e sem pretendermos politizar e “partidizar” o assunto, interessa referir que deputados e governantes têm, por força das circunstâncias, expressado a sua opinião, aqui e ali, de onde se pode afirmar que os representantes dos partidos à esquerda se encontram entre os primeiros (lado da contestação) e os partidos à direita entre os segundos (lado institucional), com o Partido Socialista

⁷⁰ «Tal como nos mostram os anti-monumentos de Ernesto de Melo e Castro [‘Monumento’, in *Ideogramas*, 1962, Lisboa: Guimarães Editores, p. 39] e João Cutileiro [‘Monumento ao 25 de Abril, 1997, Lisboa, no topo do Parque Eduardo VII] mencionados na abertura deste texto, a profanação lúdica pode também ser arte e até pode fazer parte de uma política urbana, sem implicar destruições. A preservação do que existiu é importante para não apagar os traços urbanos da colonização que permitam uma memória crítica, mas não é aceitável que a continue a celebrar.», [MARIANA PINTO DOS SANTOS, 2022, 14].

dividido, mas com os membros do Governo e o Presidente da República⁷¹ a assumirem posições conciliatórias, que se podem resumir nas palavras do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, na Sessão Solene Comemorativa do 47.º aniversário do 25 de Abril:

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO 47.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL⁷²

«(...) Olhar com os olhos de hoje e tentar olhar com os olhos do passado que as mais das vezes não nos é fácil entender sabendo que outros, ainda, nos olharão no futuro de forma diversa dos nossos olhos de hoje.

Acreditando muitos, nos quais me incluo, que há no olhar de hoje uma densidade personalista, isto é, de respeito da dignidade da pessoa humana e dos seus direitos, na condenação da escravatura e do escravagismo, na recusa do racismo e das demais xenofobias que se foi apurando e enriquecendo, representando um avanço cultural e civilizacional irreversível.

Acreditando muitos, nos quais também me incluo, que o olhar de hoje não era nas mais das vezes o olhar desses outros tempos.

O que obriga a uma missão ingrata: a de julgar o passado com os olhos de hoje, sem exigir, nalgumas situações, aos que viveram esse passado que pudessem antecipar valores ou o seu entendimento para nós agora tidos por evidentes, intemporais e universais, sobretudo se não adotados nas sociedades mais avançadas de então. (...)»

Este revisitar da história aconselha algumas precauções. A primeira é de não levarmos as consequências do olhar de hoje, sobre os olhares de há 8, 7, 6, 5, 4, 3, 2 séculos ao ponto de passarmos de um culto acrítico triunfalista exclusivamente glorioso da nossa história, para uma demolição global e igualmente acrítica de toda ela, mesmo que a que a vários títulos é sublinhada noutras latitudes e longitudes. (...)»

⁷¹ E de governantes anteriores como Mário Soares, António Guterres ou Aníbal Cavaco Silva.

⁷² Excertos do discurso.

Segunda precaução: é de aprendermos a olhar, em particular quanto ao passado mais imediato, com os olhos que não são os nossos, os do antigo colonizador, mas os olhos dos antigos colonizados, tentando descobrir e compreender, tanto quanto nos seja possível, como eles nos foram vendo e julgando, e sofrendo, nomeadamente onde e quando as relações se tornaram mais intensas e duradouras e delas pode haver o correspondente e impressionante testemunho.

Terceira precaução: essa a mais sensível de todas por respeitar a tempos muito, muito presentes nas nossas vidas. Aqueles de nós portugueses que têm menos de 50 anos não conheceram o Império colonial nem nas longuras nem na vivência, aqui, no centro. O seu juízo é naturalmente menos emocional, menos apaixonado. Admito que assim não seja, porém, em muitos jovens das sociedades que alcançaram a independência contra o Império Português e viveram depois décadas conturbadas pelos reflexos de várias naturezas da anterior situação colonial. (...)

Estas reflexões são atuais porque nada como o 25 de Abril para repensar o nosso passado quando o nosso presente ainda é tão duro e o nosso futuro é tão urgente.

E ainda porque a cada passo pode ressurgir a tentação de converter esse repensar do passado em argumento de mera movimentação tática ou estratégica num tempo que ainda é [e] será de crise na vida e na saúde e de crise económica e social encaremos com lúcida serenidade o que pode agitar o confronto político conjuntural, mas não corresponde ao que é prioritário para os portugueses. E além de não ser prioritário nestes dias de crises é duvidoso que o seja alguma vez.

É prioritário estudar o passado e nele dissecar tudo: o que houve de bom e o que houve de mau. É prioritário assumir tudo, todo esse passado, sem autojustificações ou autocontemplações globais indevidas, nem autoflagelações globais excessivas.

E no caso de o passado mais recente assumir a justiça largamente por fazer ao mais de um milhão de portugueses que serviram pelas armas o que entendiam ou lhes faziam entender constituir o interesse nacional. Aos outros milhões que cá ou lá viveram a

mesma odisseia. Aos milhões que lá e cá a viveram do outro lado da história combatendo o Império colonial português batendo-se pelas suas causas nacionais ou a viveram do mesmo lado, mas ficaram esquecidos, abandonados por quem regressou e condenados por quem nunca lhes perdoou o terem alinhado com o oponente.

Aos muitos, e eram quase um milhão, que chegaram rigorosamente sem nada depois de terem projetado uma vida que era ou se tornou impossível. Aos muitos, e eram milhões, que sofreram nas suas novas Pátrias conflitos internos herdados da colonização ou dos termos da descolonização.

Até por respeito para com todas estas e a todos estes, que se faça história e história da História, que se retire lições de uma e de outra sem temores nem complexos, com a natural diversidade de juízos, própria da democracia. Mas que se não transforme o que liberta, e toda a revisitação o mais serena possível e liberta ou deve libertar em mera prisão de sentimentos, úteis para campanhas de certos instantes, mas não úteis para a compreensão do passado a pensar no presente e no futuro. (...)

Que o 25 de Abril viva sempre, como gesto libertador e refundador da história. Que saibamos fazer dessa nossa história lição de presente e de futuro, sem álibis nem omissões, mas sem apoucamentos injustificados querendo muito mais e muito melhor.

Não há, nunca houve um Portugal perfeito.

Como não há, nunca houve um Portugal condenado.

Houve, há e haverá sempre um só Portugal. Um Portugal que amamos e nos orgulhamos para além dos seus claros e escuros também porque é nosso.

Nós somos esse Portugal.»⁷³

⁷³ Excertos do “Discurso do Presidente da República na Sessão Solene Comemorativa do 47.º aniversário do 25 de Abril”.

Deixamos, a finalizar, alguns curtos excertos respeitantes a textos de opinião, que transcrevemos (total ou parcialmente) em anexo, respeitantes a uma e outra posição, de modo a dar a palavra aos agentes que corporizam as vontades e as verdades em confronto. Muitos outros haveria⁷⁴.

A saber:

1. 'O bem e o mal do(s) património(s)', Miguel Bandeira Jerónimo e Walter Rossa, 2021. [ARTIGO]
2. 'As estátuas do nosso descontentamento', Boaventura de Sousa Santos, 2020. [CRÓNICA JORNALÍSTICA]
3. 'O salazarismo não morreu', Ascenso Simões, 2021. [CRÓNICA JORNALÍSTICA]
4. 'Ainda não vimos nada', António Barreto, 2020. [CRÓNICA JORNALÍSTICA]
5. 'Conservar a sardinha', Daciano Costa, 2023. [CRÓNICA JORNALÍSTICA]
6. 'Carta aberta a Eduardo Prado Coelho e Francisco Bethencourt sobre a diplomacia cultural portuguesa', Paulo Varela Gomes, 1999. [CRÓNICA JORNALÍSTICA]

1. O BEM E O MAL DO(S) PATRIMÓNIOS(S)⁷⁵

«Património é sinónimo de posse e ambos são uma convenção, histórica e social. Por maioria de razão, património cultural é também resultado de um entendimento, de um pacto de reconhecimento coletivo de valores culturais num determinado bem. Qualquer alteração de valores culturais num determinado bem. Qualquer alteração na leitura desses valores implica, assim, a renegociação desse reconhecimento. Tal processo torna-se mais complexo quando decorre da entrada de novos grupos no coletivo de reconhecimento, pois conduz à atribuição de novos valores, significando, por vezes, a contestação dos anteriores.

⁷⁴ Chamamos a atenção para a diferença de teor entre os textos publicados em revistas / livros e em crónica jornalística. Os primeiros mais ponderados, porque fruto de maior reflexão. Os segundos, mais espontâneos, logo, mais panfletários.

⁷⁵ Ver ANEXO 1.

Meio século depois da conclusão das descolonizações políticas, multiplicam-se argumentos a favor de uma descolonização cultural, o que gera processos de contestação sobre as formas de reconhecimento do valor cultural de uma miríade de bens, do seu significado, propriedade e tutela, das aspirações e regras para a sua partilha e usufruto. Não está apenas em causa a natureza patrimonial desses bens, mas todo o sistema internacional do património cultural. É, assim, um dos debates políticos com maior potencial transformador das sociedades contemporâneas.»

Miguel Bandeira Jerónimo e Walter Rossa

Patrimónios Contestados, Texto de apresentação (contracapa)⁷⁶

2. AS ESTÁTUAS DO NOSSO DESCONTENTAMENTO⁷⁷

«Para sermos mais concretos, se na grande Lisboa não houvesse bairros da Jamaica, se a cor de pele das populações mais expostas ao vírus não fosse a que é e fosse igual à dos que estão em teletrabalho, se não houvesse brutalidade policial racista nem grupos neonazis infiltrados nas suas organizações profissionais, as estátuas estariam em seu sossego pétreo ou metálico. O patriarcado não está a passar com todas as leis e políticas em defesa da igualdade de género? Não. Se os movimentos feministas tivessem pleno êxito, não estaria a aumentar o feminicídio. Nem a pandemia teria feito disparar em todos os países a violência contra as mulheres. O capitalismo não terminou? Não. Esta é talvez a mais perversa ilusão, propagada pelos *media*, pelos economistas e por muitos cientistas sociais. Para muitos, o capitalismo era uma ideologia; agora há mercados, colaboradores, empreendedores, economia de mercado, PIB, desenvolvimento. Em verdade, o capitalismo tem vindo a incrementar a sua capacidade de produzir injustiça nos últimos 40 anos, bem reflectida na erosão dos direitos dos trabalhadores, na

⁷⁶ Miguel Bandeira Jerónimo e Walter Rossa (Coord.) [2021] – *Patrimónios Contestados*. Público – Comunicação Social S.A.

⁷⁷ Ver ANEXO 2.

estagnação dos salários (nos EUA, desde 1969). É neste caldo de poder injusto que aumenta o racismo, a negação de outras histórias, a violência contra as mulheres e a homofobia. É contra este poder que se dirige a contestação das estátuas. Esta contestação dá um relevo especial à luta anti-racista e anticolonial, mas não esqueçamos que ela é tão importante quanto a luta anti-sexista e anticapitalista.»

Boaventura de Sousa Santos

Jornal Público, de 17 de junho de 2020⁷⁸

3. O SALAZARISMO NÃO MORREU⁷⁹

«Quando um país esquece tão rápido o seu passado, quando se nega na realidade da pobreza, do obscurantismo, da mínima existência cidadã, esse país precisa, urgentemente, de se olhar ao espelho.

Os florões são, como bem demonstra Francisco Bethencourt em *História da Expansão Portuguesa*, uma invenção tardia semelhante ao mamarracho do Padrão dos Descobrimentos, são a eleição da história privativa que o Estado Novo fabricou, não têm qualquer sentido no tempo de hoje por não serem elemento arquitetónico relevante, por não caberem na construção de uma cidade que se quer inovadora e aberta a todas as sociedades e origens. Mesmo o Padrão, num país respeitável, devia ter sido destruído.»

Ascenso Simões

Jornal Público, 19 de fevereiro de 2021

⁷⁸ Crónica disponível na página eletrónica do Centro de Estudos Sociais (CES), de Coimbra, no Dossier Temático *Heranças coloniais em tempos de 'Black Lives Matter'*.

⁷⁹ Ver ANEXO 3.

4. AINDA NÃO VIMOS NADA⁸⁰

«Muitos de nós pensávamos, há cinquenta anos, que era necessário rever os manuais, repensar os mitos, submeter as crenças à prova de estudo, lutar contra a proclamação autoritária e defender com todas as forças o debate livre.

É possível que, a muitos, tenha ocorrido que faltava substituir uma ortodoxia dogmática por outra. Mas, para outros, o espírito era o de confronto de ideias, de debate permanente e de submissão à crítica pública.

O que hoje se receia é a nova dogmática feita de novos preconceitos. Não tenhamos ilusões.

Se as democracias não souberem resistir a esta espécie de vaga que se denomina libertadora e igualitária, mergulharão rapidamente em novas eras obscurantistas.»

António Barreto

Blogue '*De Rerum Natura – A natureza das coisas*', 29 de setembro de 2020

5. CONSERVAR A SARDINHA⁸¹

«Ao provocar-se a desmemória (somos o País mais velho, em fronteiras definidas da Europa), ao cobrarem-se vinganças por feitos de outros (de que as gerações posteriores não são responsáveis) abrem-se energias desagregadoras do futuro.

A relação com o passado tem-nos sido uma obsessão ao longo de séculos, ora exultando-o, ora denegrindo-o, o que bloqueia a criação, por exemplo, de um museu celebrante não dos Descobrimentos como pretendem alguns, mas das Navegações

⁸⁰ Ver ANEXO 4.

⁸¹ Ver ANEXO 5.

como defendem outros, entre os quais Agostinho da Silva, Natália Correia, Jorge de Sena, António José Saraiva, António Quadros, Miguel Torga.

Foram, na verdade, gerações – como acto superior de cultura (de ciência, de engenho, de coragem, de tecnologia) – que universalizaram para sempre Portugal. Um pequeno país de milhão e meio de habitantes, a maioria analfabeta e pobre, ousou meter-se ao desconhecido e, desatando os fios do futuro, mudar o mundo.»

Fernando Dacosta

Jornal Tempo Livre, INATEL, set – out, 2023

6. CARTA ABERTA A EDUARDO PRADO COELHO E FRANCISCO BETHENCOURT SOBRE A DIPLOMACIA CULTURAL PORTUGUESA⁸²

«Caros Eduardo Prado Coelho e Francisco Bethencourt, tenho acompanhado com uma atenção flutuante as várias opiniões sobre a diplomacia cultural portuguesa publicadas em especial no Público. Decidi-me agora a intervir para vos recordar, e a todos os intervenientes no debate, aquilo que quase todos têm esquecido: além dos países que "representam um valor estratégico" (como os EUA, a França, a Inglaterra, a Alemanha), além dos PALOP, de Macau ou de Timor, além do Brasil, há no mundo outras comunidades onde se fala português: as de Goa, Damão e Diu. (...) Mas não é por isso que aqui venho recordar as dezenas de milhares de pessoas que gostariam de manter um contacto mais assíduo e mais variado com a cultura portuguesa em Goa, em Damão, em Diu e em Bombaim (cidade onde há centenas de falantes de português). É por outra razão, uma razão sentimental e, ao mesmo tempo, ética.»

Paulo Varela Gomes

Jornal Público, 13 de junho de 1999.

⁸² Ver ANEXO 6.

5. ESTABELECIMENTO DA ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO [ZEP]

Interessa agora refletir sobre a necessidade de estabelecer desde já, ou não, a zona especial de proteção (ZEP) do bem imóvel alvo de classificação. Atendendo a que a envolvente apresenta vários imóveis classificados e respetivas zonas de proteção que abrangem integralmente a zona ribeirinha de Belém, e que esta zona pela sua importância urbana, nomeadamente do ponto de vista cultural, se encontra estabilizada do ponto de vista do desenho urbano⁸³, propomos não proceder, desde já, ao estabelecimento da ZEP. A dimensão monumental do Padrão dos Descobrimentos complementa o presente raciocínio.



FIGURA 4 – Vista de Belém com sinalização dos imóveis classificados e respetivas zonas de proteção (ZGP + ZEP) [FONTE: Pesquisa georreferenciada, Atlas do Património Classificado e em vias de classificação].

⁸³ Com exceção, eventualmente, do propalado (e muito desejado) enterramento da via-férrea, ideia quase centenária.

6. CONCLUSÃO

Já por mais de uma ocasião referimos que o momento não parece ser o mais conveniente para proceder à classificação de bens com um elevado sentido político-ideológico, face à atual conjuntura. E referimo-lo, não tanto – ou sobretudo – por receio em enfrentar polémicas, mas porque sendo a classificação um ato jurídico que procura, até onde possível, a unanimidade ou, pelo menos, o reconhecimento e a identificação da generalidade dos cidadãos, verificamos que esse desígnio não será, agora, em maior ou menor medida, alcançado.

No que respeita aos aspetos histórico-artísticos, reafirmamos a argumentação expressa na informação técnica n.º 2136/DPIMI/2021, de 15.11.2021, no sentido de propor a classificação do bem.

No que respeita ao ponto de vista político-ideológico, procedemos na presente informação à exposição das razões esgrimidas, num e noutro sentido, com a independência de opinião que nos foi possível, de modo a auxiliar uma tomada de decisão informada.

Assumindo, ainda assim, a inevitabilidade de nos pronunciarmos sobre um sentido de decisão, propomos a classificação do bem porque, embora reconhecendo que a nossa (de hoje) ‘História’ pode (e deve) ser atualizada, não deverá ser colocada em causa, até pela simples razão de em democracia dever prevalecer a vontade (razão) da maioria. E aqui, acreditamos, que a maioria dos portugueses está com a sua História, até porque, ao contrário do que alguns fazem crer, têm conhecimento dos seus sucessos e fracassos, onde se inscreve, também como memória, essa página negra que foi a escravização em larga escala de seres humanos. Mas essa não foi só a História de Portugal, foi a História da Humanidade.

Quanto à graduação do bem, por coerência com tudo o que se referiu, propõe-se a classificação como monumento de interesse público (MIP).

Face ao exposto, e tendo em consideração os critérios genéricos de apreciação que constam do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, para a classificação de bens culturais, tendo

Departamento dos Bens Culturais

Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial

em conta o universo patrimonial nacional, nomeadamente os bens culturais com a mesma tipologia e cronologia, consideramos que o “Padrão dos Descobrimentos e calçada envolvente que inclui a Rosa dos Ventos”, reflete os seguintes critérios:

- b) O génio do respetivo criador;
- e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem;
- f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística;
- g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva;
- h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica.

7. PROPOSTA DE DECISÃO

Em face do exposto, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, propõe-se:

A classificação do “**Padrão dos Descobrimentos e calçada envolvente que inclui a Rosa dos Ventos**”, na Avenida de Brasília, Lisboa, freguesia de Belém, concelho e distrito de Lisboa, conforme planta em anexo, como **monumento de interesse público (MIP)**.

À Consideração Superior,



Paulo Duarte, arquiteto

ANEXO 1**'O BEM E O MAL DO(S) PATRIMÓNIO(S)'**

Miguel Bandeira Jerónimo e Walter Rossa

«APRESENTAÇÃO

(...) Atentemos nos três factos seguintes: património é algo que existe, não é passado; nada surge ou é produzido como património cultural ou histórico, apenas eventualmente como património; património é sinónimo de posse estável de *bens*, o que resulta de convenções, históricas e sociais. Se assim é, podemos afirmar que património cultural é o resultado de um entendimento, de um pacto de reconhecimento coletivo de valores culturais próprios, identitários, obedecendo naturalmente a lógicas de poder específicas, num determinado conjunto de *bens*. Podemos ainda admitir que qualquer alteração significativa na perceção desses valores, ou nas relações de poder que os consolidou, implica a renegociação daquele pacto. É um processo que se torna complexo e potencialmente conflituoso quando, por exemplo, decorre da entrada de novos grupos no coletivo com soberania sobre os *bens*, pois conduz à atribuição de novos valores, à recalibragem dos existentes e, por vezes, ao seu questionamento. A situação extrema ocorre quando apenas a última dessas três hipóteses fica sobre a mesa, pois o estatuto desses *bens* enquanto património cultural fica sob contestação e, se tiver expressão material, a sua integridade física em risco. Com as necessárias adaptações, poderíamos fazer um raciocínio paralelo em relação ao património histórico e concluir que, além das virtualidades cándidas propaladas em diversas convenções e cartas internacionais, a partilha de património tem sempre implícito um potencial de ignição de conflitos.

Por regra, os processos de contestação desencadeiam o extremar de posições. Torna-se muito difícil encontrar pontos para compromisso e as condições para a afirmação de posições moderadas, que procuram ver a questão segundo as suas mais diversas facetas, estreitam-se. A sobrevivência face ao ruído do simplismo comprometido é difícil. Uma das reflexões obrigatórias será especular sobre que significado terá uma qualquer decisão no futuro. Qual o legado, os novos valores que então se juntam ao conhecimento dos *bens*? No fundo, a decisão mais radical, a da destruição, é, também ela, um ato

cultural com valores. É ainda um registo, uma indicação para memória futura de quando o que era considerado *bem*, foi num outro contexto entendido como descartável ou mesmo um *mal* exigindo supressão. Sabemos pouco de muitos edifícios, potencialmente notáveis, destruídos nas invasões bárbaras do Império Romano do Ocidente, ou até pela conquista turca de Bizâncio, mas temos conhecimento do facto em si. Hoje é, contudo, muito provável que o que seja levado a desaparecer venha a ser virtualmente conhecido no futuro, pois o registo documental, sob os mais diversos suportes e meios, é cada vez mais uma obsessão coletiva. O facto é de tal modo evidente, que hipotéticas versões modernas de *autos de fé* terão, por certo, a sua eficácia condenada ao fracasso. E se parece certo que para os romanos e bizantinos esses bens destruídos tinham, entre outros, valores culturais, estava-se ainda muito longe da construção do edifício conceptual que o último século e meio ergueu em torno da expressão *património cultural*.

Continuamente alimentado com conhecimento cumulativo, mas disputado, o conceito foi-se alargando, e aprimorando de modo por vezes equívoco. A sua polissemia cresceu, a clareza semântica diminuiu, apesar de ter sido enriquecida, e a sua utilização multiplicou-se, por vezes sem critério e propriedade. Exemplificando: Será todo o património, designadamente o histórico, património cultural? Serão todos os monumentos património cultural? Em tese é óbvio que não, o que não é demérito para qualquer uma dessas categorias, tão só uma forma expedita de evidenciar um dos problemas, fonte de equívocos e, por vezes, contradições, subjacentes aos debates atuais, que os leitores também encontrarão ao longo deste livro.

À partida, se não dissesse respeito a momentos do passado que a História valoriza pelo seu significado e relevância contemporâneos, *património histórico* poderia insinuar-se como uma expressão redundante, pouco útil. Nessa asserção não só é útil como carece de representações que exponenciem essa valorização de momentos, factos, figuras, o que alinha o *património histórico* com o conceito de monumento, ou seja, com o papel essencialmente representativo de algo. Há objetos criados com essa função de evocar, representar algo ou alguém, como é o caso das estátuas ou obeliscos. Também outros – objetos já existentes, criados, desenvolvidos e usados para outros fins – a dado momento passaram a estar investidos com essa função adicional de representação, que, com frequência, acaba

Departamento dos Bens Culturais

Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial

por ser a principal. Mas a História muda em função das solicitações do presente. Por isso o que hoje é *património histórico* poderá não continuar a sê-lo amanhã.

Que problemas decorrem disso? É grave? Haverá perda? Para quem? Porquê? (...)

Meio século depois da conclusão das descolonizações políticas, começaram a multiplicar-se os argumentos para uma descolonização cultural, o que gera processos de contestação sobre a História e sobre formas de reconhecimento do valor cultural de uma miríade de bens, acerca do seu significado, propriedade e tutela, sobre as aspirações e regras para a sua partilha e usufruto. Não está apenas em causa a soberania sobre esses bens, mas todo o sistema internacional do património cultural. É, assim, um dos debates políticos com maior potencial transformador das sociedades contemporâneas. Chegou a Portugal de forma geralmente tímida e enviesada. Mais que a um debate, plural e informado, dialogante e reflexivo, assiste-se à afirmação de posições já existentes, óbvias e pouco criativas, imunes à diversidade de contextos, de casos, de problemas associados.»

Patrimónios Contestados. Lisboa: Público – Comunicação S. A. 2019.

ANEXO 2

‘AS ESTÁTUAS DO NOSSO DESCONTENTAMENTO’

Boaventura de Sousa Santos

As estátuas parecem-se muito com o passado, e é por isso que sempre que são postas em causa nos viramos para os historiadores. A verdade é que as estátuas só são passado quando estão tranquilas nas praças, partilhando a recíproca indiferença entre nós e elas. Nesses momentos, que por vezes duram séculos, são mais intencionalmente visitadas por pombas do que por seres humanos. Quando, no entanto, [se tornam objecto de contestação](#), as estátuas saltam do passado e passam a ser parte do nosso presente. Doutro modo, como poderíamos dialogar com elas e elas connosco? Claro que há estátuas que nunca são contestadas, quer porque pertencem a um passado demasiado remoto para saltar para o presente, quer porque pertencem ao presente eterno da arte. Estas estátuas só não estão a salvo de extremistas tresloucados, [caso dos Budas de Bamiyan](#), do século V, destruídas pelos taliban do Afeganistão em 2001.

As estátuas que dão este salto e se oferecem ao diálogo são parte do nosso presente e são contestadas porque representam contas que não foram saldadas, destruições e injustiças que não foram reparadas. Quem as contesta não lhes pede contas a elas nem exige reparações delas. As contas têm de ser feitas e as reparações têm de ser dadas por quem herdou e detém o poder injusto que as estátuas representam. Sempre que o poder que as fez erigir foi justa ou injustamente derrotado, as estátuas foram retiradas prontamente sem nenhuma comoção e até com aplauso. Se é tão forte o movimento actual de contestação às estátuas, [iniciado pelo movimento #blacklivesmatter](#), isso deve-se à continuidade no presente do poder que no passado originou as destruições e as injustiças de que as estátuas são involuntárias testemunhas. E se o poder continua, continuam as destruições e as injustiças. A contestação é contra estas.

E que poder é esse? No contexto europeu e eurodescendente, esse poder é o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, três formas de poder articuladas que dominam há quase seis séculos. A primeira é do século XV e as duas outras existiram muito antes, mas foram reconfiguradas pelo capitalismo moderno e postas ao serviço deste. As três estão de tal maneira articuladas que nenhuma

delas existe sem as outras. O que consideramos passado é assim uma ilusão de óptica, uma cegueira em relação ao presente. O colonialismo é passado? Não. O que passou (e não totalmente, como mostram os casos do Sara ocidental, da Papuásia ocidental e da Palestina) foi uma forma específica de colonialismo, o colonialismo histórico, por ocupação territorial por potência estrangeira. Mas o colonialismo continuou até hoje sob outras formas, desde o neocolonialismo ao saque dos recursos naturais das ex-colónias e ao racismo. Se nada disto fosse parte do nosso presente, as estátuas estariam sossegadas e entregues às pombas.

Para sermos mais concretos, [se na grande Lisboa não houvesse bairros da Jamaica](#), se a cor de pele das populações mais expostas ao vírus não fosse a que é e fosse igual à dos que estão em teletrabalho, se não houvesse brutalidade policial racista nem grupos neonazis infiltrados nas suas organizações profissionais, as estátuas estariam em seu sossego pétreo ou metálico. O patriarcado não está a passar com todas as leis e políticas em defesa da igualdade de género? Não. Se os movimentos feministas tivessem pleno êxito, não estaria a aumentar o feminicídio. Nem a pandemia teria feito disparar em todos os países a violência contra as mulheres. O capitalismo não terminou? Não. Esta é talvez a mais perversa ilusão, propagada pelos *media*, pelos economistas e por muitos cientistas sociais. Para muitos, o capitalismo era uma ideologia; agora há mercados, colaboradores, empreendedores, economia de mercado, PIB, desenvolvimento. Em verdade, o capitalismo tem vindo a incrementar a sua capacidade de produzir injustiça nos últimos 40 anos, bem reflectida na erosão dos direitos dos trabalhadores, na estagnação dos salários (nos EUA, desde 1969). É neste caldo de poder injusto que aumenta o racismo, a negação de outras histórias, a violência contra as mulheres e a homofobia. É contra este poder que se dirige a contestação das estátuas. Esta contestação dá um relevo especial à luta anti-racista e anticolonial, mas não esqueçamos que ela é tão importante quanto a luta anti-sexista e anticapitalista.

As estátuas não terão sossego enquanto estas formas de poder existirem, sobretudo com a virulência que têm hoje. E as estátuas só parecem alvos inocentes e desfocados porque domina hoje a política do ressentimento: como deixámos de conhecer as causas do descontentamento, investimos contra as suas consequências. É por isso que o operário norte-americano, branco, empobrecido pensa que o seu

pior inimigo é o operário imigrante, latino, ainda mais empobrecido que ele. É por isso que a classe média europeia, temerosa de perder o que há pouco conquistou, pensa que os seus piores inimigos são os imigrantes e os refugiados. Enquanto este poder subsistir, se quem o detém tiver alguma consciência histórica e até estiver disponível para fazer concessões, deveria ter a prudência de recolher ordeiramente todas as estátuas e construir um museu para elas. Pediria então a artistas, escritores e cientistas do país e dos países que tão levemente consideramos irmãos para construírem diálogos interculturais com as estátuas e fazer disso uma criativa pedagogia da libertação. Quando isso ocorrer, o passado irá saindo do presente pela porta principal.

E há boas condições para fazer isto porque os povos ofendidos, além de terem resistido a tanta humilhação, são criativos e até são capazes de reconhecer que o poder que os ofendeu também se quer resgatar. Conto duas histórias da minha experiência de investigação como sociólogo. Em 2002, fazia trabalho de pesquisa na ilha de Moçambique, no Norte do país, quando me contaram a primeira história. Há uma estátua de Luís de Camões na ilha, colocada no tempo colonial. Com as mudanças turbulentas da independência em 1975, a estátua foi retirada e guardada nos armazéns da capitania. Entretanto, deixou de chover anos a fio na ilha. Os velhos sábios da ilha reuniram-se, fizeram os seus rituais e chegaram à conclusão de que a falta de chuva talvez se devesse à retirada intempestiva da estátua. Pediram que a estátua fosse reposta e o Camões lá está, olhando para imensidão do Índico e trazendo a chuva que enche a cisterna. A estátua de Camões e a sua história foram assim reapropriadas pelos moçambicanos.

A segunda história ocorreu no dia 24 de Julho de 2014, quando os descendentes dos meninos indígenas que estão na estátua do padre António Vieira visitaram o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Eram nove líderes indígenas representantes dos povos guajajara, macuxi, munduruku, terena, taurepang, tukano, yanomami e maya, a maior delegação de sempre de indígenas brasileiros na Europa. Vinham agradecer a minha intermediação junto do Supremo Tribunal Federal do Brasil na demarcação da terra indígena da Raposa Serra do Sol. Sem desprimor para a Universidade McGill do Canadá, que iniciou a lista, nem para as 18 universidades que se seguiram a conceder-me graus de doutor *honoris causa*, eu considero o cocar indígena e o bastão de mando que me foi concedido na

Departamento dos Bens Culturais

Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial

cerimónia como uma das honras mais preciosas. Quem se enganou foi [a estátua do padre António Vieira](#), porque nos faz crer que aqueles meninos ficaram crianças até hoje. E há muito boa gente que continua a pensar o mesmo.

Jornal Público, 17 de junho de 2020

ANEXO 3

‘O SALAZARISMO NÃO MORREU’

Ascenso Simões

«Quando um país esquece tão rápido o seu passado, quando se nega na realidade da pobreza, do obscurantismo, da mínima existência cidadã, esse país precisa, urgentemente, de se olhar ao espelho.

O 25 de abril de 1974 não foi uma revolução, foi uma festa. Devia ter havido sangue, devia ter havido mortos, devíamos ter determinado bem as fronteiras para se fazer um novo país. Construímos Abril com a bonomia que nos produz há séculos, um ser e não ser que sempre concebeu o nosso profundo atraso, uma marca histórica que não nos abriu ao risco e ao radicalismo que provoca o progresso.

No meio disto tudo só sobrou a nossa aceitação do espaço europeu, opção que rejeitamos em sete séculos por implicação da vizinhança espanhola ou por tutela inglesa. Virá o dia em que começaremos a questionar também a Europa, influenciados pela saudade endogénica.

Não conseguimos entender a forma natural como foi encarada, pelos democratas, a eleição, em 2007, de Salazar como “o maior português de sempre”, fazendo com que Afonso Henriques ou Camões se quedassem em lugar menor. Quando um país esquece tão rápido o seu passado, quando se nega na realidade da pobreza, do obscurantismo, da mínima existência cidadã, esse país precisa, urgentemente, de se olhar ao espelho.

Os regimes totalitários constroem uma história privativa. Em Portugal, o salazarismo foi muito eficaz nessa construção, garantindo, até hoje, a perenidade dos mitos do desígnio português, dos descobrimentos, ou do império. Esta trilogia programática tarda em ser abalada, em se colocar perante o julgamento indispensável de um povo que se quedou amedrontado.

Neste último ano assistimos a quatro tempos de retorno ao salazarismo mental português. O primeiro foi o da criação de um museu na terra natal do ditador, que, mesmo que a Universidade de Coimbra inventasse uma qualquer bondosa construção museológica, seria sempre um templo de romagem, de saudade, de permanente elogio do “botas”. Os países democráticos fazem a leitura histórica nos bancos da escola, aportam novas visões históricas que não sejam anacrónicas na

interpretação ética que sempre importa. Todos os países que sofreram pelas longas ou intensas ditaduras fizeram o seu luto, fazem ainda o seu luto como acontece em Espanha, mas em Portugal o luto nunca existiu.

O segundo tempo foi o da opção sugerida por largas franjas da política e da opinião publicada de uma outra presença, mesmo intrusiva, de Portugal na situação de “guerra” que se vive em Cabo Delgado, Moçambique. Este espírito advém do facto de nunca termos aceiteado plenamente a emancipação dos povos, de existir uma franja muito significativa de portugueses que continua a achar que os africanos prefeririam a chibata portuguesa à fome dos dias de hoje. Recuando no tempo da nossa existência e por analogia, poderíamos ter um povo português que preferiria a dependência da dinastia dos Filipes à restauração, tudo porque as décadas seguintes, de guerras e fome até à chegada do ouro do Brasil, foram verdadeiramente terríveis.

O terceiro tempo tem um enquadramento mais grave e que não pode deixar de ser avaliado politicamente. A Nova Portugalidade é o mais fascista dos movimentos subversivos da nossa democracia atual, muito mais radical que o Chega, muito mais preocupante, sob o ponto de vista ideológico, que qualquer outro movimento de *skinheads*. A petição da Nova Portugalidade a propósito de uns florões de mau gosto colocados numa praça a que ainda chamam de império teve o apoio de dois antigos Presidentes da República e deu-lhe credibilidade. É um facto grave, nenhum dos dois Presidentes pode desconhecer o caminho do grupo neofascista da Nova Portugalidade e também não pode desconhecer que os seus gestos têm um valor político muito significativo.

Os florões são, como bem demonstra Francisco Bethencourt em *História da Expansão Portuguesa*, uma invenção tardia semelhante ao mamarracho do Padrão dos Descobrimentos, são a eleição da história privativa que o Estado Novo fabricou, não têm qualquer sentido no tempo de hoje por não serem elemento arquitetónico relevante, por não caberem na construção de uma cidade que se quer inovadora e aberta a todas as sociedades e origens. Mesmo o Padrão, num país respeitável, devia ter sido destruído.

Vejo pelo buraco estreito da fechadura uma próxima petição neofascista para o derrube do memorial do Largo de S. Domingos em Lisboa que elege a paz, exigência mimética dos franquistas madrilenos na proposta recente de eliminação de um mural que elegia a igualdade.

O quarto e último tempo é o que acompanha hoje a morte de Marcelino da Mata. Quantos soldados africanos combateram ao lado das tropas portuguesas pela defesa de um império inconcebível? O que fizemos a esses milhares? Como os acompanhamos e lhes garantimos sustento? Portugal quase esqueceu todos eles, mas salvou Mata como normalizou Kaulza de Arriaga.

As insígnias militares nos regimes totalitários não são atribuídas por atos de bravura e de coragem, são atribuídas por atos de excesso, por denegação de humanidade. O que aconteceu com Mata foi exatamente isso mesmo, o regime fascista e os fascistas que perduraram na democracia abrilista construíram um mito a partir de um títere, aplicaram bem o pensamento de Désiré Roustan quando afirma que a evocação do passado pelos inimigos da História é sempre 99% de construção e 1% de evocação verdadeira.

O ser humano, todo ele, merece o maior respeito na morte. Porém, são os que se aproveitaram e aproveitam de Mata, do seu passado e das suas medalhas fascistas, quem o desrespeita, quem lhe nega a paz eterna como salvação do seu passado abusador.

Há colonistas que não podem ouvir a comparação entre salazarismo e nazismo. É o passo mais largo do caminho para a normalização do nazismo. Milhares de oficiais alemães foram vítimas de um facínora, muitos foram obrigados a cometer as maiores atrocidades, mas os alemães não passaram os anos seguintes à grande guerra a elogiar as várias Cruz de Ferro que foram atribuídas, souberam construir a honorabilidade sobre a vergonha. E isso é que é dignidade.

Uma parte da esquerda democrática parece atravessar um tempo de esquecimento do passado. Isso viu-se, no ano transato, numa anormal agitação perante um voto sobre o 25 de novembro, o esforço feito para a normalização do gonçalvismo; mas também se vê na apreciação de cada um dos que fizeram a guerra dita colonial pela mira de uma avaliação de percurso do major Marcelino da Mata. À esquerda democrática bastou escrever uma lista das condecorações para aprovar um voto de pesar,

Departamento dos Bens Culturais

Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial

mesmo que essas condecorações sejam as cruces de ferro da nossa doméstica vida das décadas de 1960 e 1970.»

Jornal Público, 19 de fevereiro de 2021

ANEXO 4

‘AINDA NÃO VIMOS NADA’

António Barreto

«Republicanos, corporativistas, fascistas, comunistas e até democratas mostraram, nos últimos séculos, que se dedicaram com interesse à revisão selectiva da História, assim como à censura e à manipulação.

É triste confessar, mas ainda estamos para ver até onde vão os revisores da História. Uma coisa é certa: com a ajuda dos movimentos anti-racistas, a colaboração de esquerdistas, a covardia de tanta gente de bem e o metabolismo habitual dos reaccionários, o movimento de correcção da História veio para ficar.

Serão anos de destruição de símbolos, de substituição de heróis, de censura de livros e de demolição de esculturas. Até de rectificação de monumentos. Além da revisão de programas escolares e da reescrita de manuais.

Tudo, com a consequente censura de livros considerados impróprios, seguida da substituição por novos livros estimados científicos, objectivos, democráticos e igualitários. A pujança deste movimento através do mundo é tal que nada conseguirá temperar os ânimos triunfadores dos novos censores, transformados em juízes da moral e árbitros da História.

Serão criadas comissões de correcção, com a missão de rever os manuais de História (e outras disciplinas sensíveis como o Português, a Literatura, a Geografia, o Meio Ambiente, as Relações Internacionais...), a fim de expurgar a visão bondosa do colonialismo, as interpretações glorificadoras dos descobrimentos e os símbolos de domínio branco, cristão, europeu e capitalista.

Comissões purificadoras procederão ao inventário das ruas e locais que devem mudar de nome, porque glorificam o papel dos colonialistas e dos traficantes de escravos. Farão ainda o levantamento das obras de arte públicas que prestam homenagem à política imperialista, assim como aos seus

agentes. Já começou, aliás, com a substituição do Museu dos Descobrimentos pelo Memorial da Escravatura.

Teremos autoridades que tudo farão para retirar os objectos antes que as hordas cheguem e será o máximo de coragem de que serão capazes. Alguns concordarão com o seu depósito em pavilhões de sucata. Outros ainda deixarão destruir, gesto que incluirão na pasta de problemas resolvidos.

Entretanto, os Centros Comerciais Colombo e Vasco da Gama esperam pela hora fatal da mudança de nome.

Praças, ruas e avenidas das Descobertas, dos Descobrimentos e dos Navegantes, que abundam em Portugal, serão brevemente mudadas.

Preparemo-nos, pois, para remover monumentos com Albuquerque, Gama, Dias, Cão, Cabral, Magalhães e outros, além de, evidentemente, o Infante D. Henrique, o primeiro a passar no cadafalso. Luís de Camões e Fernando Pessoa terão o devido óbito. Os que cantaram os feitos dos exploradores e dos negreiros são tão perniciosos quanto os próprios. Talvez até mais, pois forjaram a identidade e deram sentido aos mitos da nação valente e imortal.

Esperemos para liquidar a toponímia que aluda a Serpa Pinto, Ivens, Capelo e Mouzinho, heróis entre os mais recentes facinoras. Sem esquecer, seguramente, uns notáveis heróis do colonialismo. Kaúlza de Arriaga, Costa Gomes, António de Spínola, Rosa Coutinho, Otelio Saraiva de Carvalho, Mário Tomé e Vasco Lourenço.

Não serão esquecidos os cineastas, compositores, pintores, escultores, escritores e arquitectos que, nas suas obras, elogiaram os colonialistas, cúmplices da escravatura, do genocídio e do racismo. Filmes e livros serão retirados do mercado.

Pinturas murais, azulejos, esculturas, baixos-relevos, frescos e painéis de todas as espécies serão destruídos ou cobertos de sal e ácido. Outras comissões terão o encargo de proceder ao levantamento das obras de arte e do património com origem na África, na Ásia e na América Latina e que se encontram em Portugal, em mãos privadas ou em instituições públicas, a fim de as remeter prontamente aos países donde são provenientes.

Os principais monumentos erectos em homenagem à expansão, a começar pelos Jerónimos e pela Torre de Belém, serão restaurados com o cuidado de lhes retirar os elementos de identidade colonialista. Os memoriais de homenagem aos mortos em guerras do Ultramar serão reconstruídos a fim de serem transformados em edifícios de denúncia do racismo. Não há liberdade nem igualdade enquanto estes símbolos sobreviverem.

Muitos pensam que a História é feita de progresso e desenvolvimento. De crescimento e melhoramento. Esperam que se caminhe do preconceito para o rigor. Do mito para o facto. Da submissão para a liberdade.

Infelizmente, tal não é verdade. Não é sempre verdade. Republicanos, corporativistas, fascistas, comunistas e até democratas mostraram, nos últimos séculos, que se dedicaram com interesse à revisão selectiva da História, assim como à censura e à manipulação.

E, se quisermos ir mais longe no tempo, não faltam exemplos. Quando os revolucionários franceses rebaptizaram a Catedral de Estrasburgo, passando a designá-la por Templo da Razão, não estavam a aumentar o grau de racionalidade das sociedades. Quando o altar-mor de Notre Dame foi chamado de Altar da Liberdade caminharam alegremente da superstição para o preconceito.

E quando os bolchevistas ocuparam a catedral de Kazan, em São Petersburgo e apelidaram o edifício de Museu das Religiões e do Ateísmo, não procuraram certamente a liberdade e o pluralismo. E também podemos convocar os Iconoclastas de Istambul, os Daesh de Palmira ou os Taliban de Bamiyan que destruíram símbolos, combateram a religião e tentaram apropriar-se tanto do presente como do passado.

Os senhores do seu tempo, monarcas, generais, bispos, políticos, capitalistas, deputados e sindicalistas gostam de marcar a sociedade, romper com o passado e afastar fantasmas. Deuses e comendadores, santos e revolucionários, habitam os seus pesadelos. Quem quer exercer o poder sobre o presente tem de destruir o passado.

Departamento dos Bens Culturais

Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial

Muitos de nós pensávamos, há cinquenta anos, que era necessário rever os manuais, repensar os mitos, submeter as crenças à prova de estudo, lutar contra a proclamação autoritária e defender com todas as forças o debate livre.

É possível que, a muitos, tenha ocorrido que faltava substituir uma ortodoxia dogmática por outra. Mas, para outros, o espírito era o de confronto de ideias, de debate permanente e de submissão à crítica pública.

O que hoje se receia é a nova dogmática feita de novos preconceitos. Não tenhamos ilusões.

Se as democracias não souberem resistir a esta espécie de vaga que se denomina libertadora e igualitária, mergulharão rapidamente em novas eras obscurantistas.»

Blogue: *De Rerum Natura* (A natureza das coisas), 29 de setembro de 2020

ANEXO 5**‘CONSERVAR A SARDINHA’**

Fernando Dacosta

«Ao ser, um dia, abordado por jovens em campanha contra o colonialismo e o racismo, os descobrimentos e as obras que os glorificam, Agostinho da Silva, não disfarçando a ironia, atalhou não subscrever tais propósitos pois nunca quis deitar abaixo os Jerónimos, a Torre de Belém, o Padrão dos Descobrimentos, nem censurar Camões, Padre António Vieira, Fernando Pessoa. Era, aliás, “um conservador da nossa história”, só que “conservo a sua sardinha, não a lata. A lata é para vocês”. E desandou.

As estratégias de infantilização em curso (insufladas pelo correcto nos comportamentos) fomentam preconceitos contra a idade, o passado, a memória, nefastos à nossa afirmação.

A sociedade portuguesa está a ser fatiada por ricos e pobres, esquerdas e direitas, jovens e velhos, empregados e desempregados, públicos e privados, internacionalistas e nacionalistas, fenómeno acentuado a partir da década de oitenta do século XX, pelo cair das utopias revolucionárias, o subir da ostentação do dinheiro e do poder, a marginalização da cultura (especialmente da literatura, apesar do Nobel de Saramago), o menosprezo pelo trabalho e pela competência – e, sobretudo, a indiferença pelo bem-estar das populações, o verdadeiro índice de desenvolvimento dos países.

Quase sem motivos dispararam-se hostilidades, os outros são tornados inimigos, o egoísmo faz-se intransigência, a insegurança violência, os poderes perdem ética, as corrupções legalizam-se, a demagogia institucionaliza-se.

Agustina Bessa-Luís antevia irmos perder a afectividade, a partilha, bens maiores nossos, a favor do dinheiro, do ter, da impunidade.

A riqueza, recorde-se, era até à Segunda Guerra Mundial tida com discrição, com pudor no exibi-la socialmente, ao contrário do que, presentemente, se observa.

Salazar afirmava, e vários com ele, “dever à divina Providência a graça de ser pobre”, enquanto a velha Igreja garantia ser “mais fácil um camelo entrar no fundo de uma agulha do que um rico no reino dos céus”.

“Pobretes mas alegretes”, aplaudia, em revista brejeira, o Parque Mayer. Assim se interiorizavam resignações, submissões.

Em vão, Raúl Brandão lembrava em jornais e conferências que “por cada pessoa a enriquecer havia mil a empobrecer”. Qual será hoje, a percentagem?

Ao provocar-se a desmemória (somos o País mais velho, em fronteiras definidas da Europa), ao cobrarem-se vinganças por feitos de outros (de que as gerações posteriores não são responsáveis) abrem-se energias desagregadoras do futuro.

A relação com o passado tem-nos sido uma obsessão ao longo de séculos, ora exultando-o, ora denegrindo-o, o que bloqueia a criação, por exemplo, de um museu celebrante não dos Descobrimentos como pretendem alguns, mas das Navegações como defendem outros, entre os quais Agostinho da Silva, Natália Correia, Jorge de Sena, António José Saraiva, António Quadros, Miguel Torga.

Foram, na verdade, gerações – como acto superior de cultura (de ciência, de engenho, de coragem, de tecnologia) – que universalizaram para sempre Portugal. Um pequeno país de milhão e meio de habitantes, a maioria analfabeta e pobre, ousou meter-se ao desconhecido e, desatando os fios do futuro, mudar o mundo.

Ao perceberem que os romanos, depois de haverem colonizado a Ibéria, de terem construído estradas, imposto leis, alterado quotidianos, eram incapazes de avançar pelo Atlântico, os habitantes desse pequeno país lançaram estradas, outras, sobre a água, ou seja naus e caravelas que os levaram para lá do conhecido inventando, supremo prodígio!, a navegação contra o vento (à bolina), maneira de percorrer todas as distâncias marítimas – o que fizeram em poucas décadas, num dos feitos mais notáveis da humanidade.

Departamento dos Bens Culturais

Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial

Depressa encontraram ilhas, povoaram enseadas, ergueram padrões, apuraram conhecimentos, desfizeram lendas revolucionando o conhecimento das elites europeias de então.

Se a princípio os marinheiros eram recrutados por estratagemas (escolhiam-se os que não sabiam nadar para não fugirem de bordo), depois de dobrado o *Cabo Não* onde, dizia-se, começava o inferno, todos queriam embarcar, já que tornava-se mais aliciante ir recostado num convés a balouçar a perna do que andar de enxada na mão a arrotear campos.

As navegações não devem ser fundidas nos colonialismos, escravagismos, pilhagens, matanças, conversões religiosas. A história não é só a dos vencedores e vencidos.

Se queremos caminhar para o futuro temos, advertiam os surrealistas, de atravessar o passado e compreendê-lo antes de julgá-lo.

Navegar, navegar é preciso cantar, cúmplice, o filho de um dos povos colonizados por Portugal.»

Jornal Tempo Livre. Fundação INATEL, N.º 43, set – out 2023

ANEXO 6

‘Carta aberta a Eduardo Prado Coelho e Francisco Bethencourt’

Paulo Varela Gomes

«Caros Eduardo Prado Coelho e Francisco Bethencourt, tenho acompanhado com uma atenção flutuante as várias opiniões sobre a diplomacia cultural portuguesa publicadas em especial no Público. Decidi-me agora a intervir para vos recordar, e a todos os intervenientes no debate, aquilo que quase todos têm esquecido: além dos países que "representam um valor estratégico" (como os EUA, a França, a Inglaterra, a Alemanha), além dos PALOP, de Macau ou de Timor, além do Brasil, há no mundo outras comunidades onde se fala português: as de Goa, Damão e Diu. Como saberão, dirigi durante dois anos (1997-1998) o centro cultural/delegação da Fundação Oriente na Índia, localizado em Pangim, Goa. Participei na organização de concertos, exposições, conferências, cursos. Mas não é por isso que aqui venho recordar as dezenas de milhares de pessoas que gostariam de manter um contacto mais assíduo e mais variado com a cultura portuguesa em Goa, em Damão, em Diu e em Bombaim (cidade onde há centenas de falantes de português). É por outra razão, uma razão sentimental e, ao mesmo tempo, ética. Peço-vos, e a todos os que se interessam por estes assuntos desde o Ministro dos Negócios Estrangeiros aos funcionários do Instituto Camões, que se deem ao trabalho de adquirir na Fundação Oriente o livro de João da Veiga Coutinho *A Kind of Absence* (1998). Veiga Coutinho é goês de origem e reside nos EUA. O seu livro, escrito num inglês elegante e impecável, é o documento mais forte sobre Portugal que já li em toda a minha vida. O assunto de Veiga Coutinho não é o nosso país. É o dele, a Índia e Goa. Mais especificamente interessa-lhe a elusiva questão da identidade dos goeses como povo e cultura. Apesar disso (por causa disso, afinal), *A Kind of Absence* é, em boa medida, um livro sobre Portugal e não é possível a um português lê-lo sem um nó na garganta. De repente, damos-nos conta de que os indianos que falam português são a única comunidade em todo o planeta que se interessa verdadeiramente por Portugal. Os brasileiros, como se sabe, oscilam entre a curiosidade que se dedica a uma espécie zoológica rara e a ironia mais ou menos complacente. As pessoas de Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé (excluo Cabo Verde porque os cabo-verdianos são como nós, exactamente como nós) esperam coisas de Portugal. Os emigrantes estão-se nas tintas ou têm

saudades. Os americanos, os alemães e os outros "desenvolvidos" manifestam por Portugal um interesse académico, quando muito. Não assim os goeses, os damanenses, os de Diu, os "norteiros" de Bombaim (goeses emigrados ou descendentes das comunidades católicas do noroeste da Índia). Esta gente tem uma ligação dramática com Portugal, a única ligação dramática que, mau grado a nossa brutalidade, inabilidade ou estupidez, fomos capazes de estabelecer com qualquer povo do mundo. Esta gente chora ou enraivece-se quando fala de Portugal. Alguns odeiam-nos porque odiaram o colonialismo português e não o esqueceram. Muitos - a maior parte? - conseguem distinguir entre os crimes de Salazar e dos seus antecessores e o povo cujo poeta maior viveu em Goa, amou uma goesa, e lá escreveu parte dos Lusíadas. Ao ler *A Kind of Absence*, não pude evitar sentir vergonha por pertencer a um povo que recalca o seu passado e está alarvemente contentinho com o êxito do último Shopping à moda, um povo que prefere escovar incomodadamente todas as responsabilidades históricas que herdou. Em contrapartida, nunca mais esquecerei a noite em que teve lugar em Pangim um concerto de Tito Paris e do seu grupo organizado pela Fundação Oriente. Não por causa da música (que foi ótima) ou do anfiteatro a abarrotar. Nem tão pouco por causa da imensa alegria que tomou conta de todos nós. Não esqueço aquele espectáculo porque, ao ouvir uma banda cabo verdiana tocar e cantar em crioulo para um público indiano, percebi que aquele é o Portugal de que eu gosto, não o do administrador salazarista, do agente da PIDE, da peixeira do Bolhão, do diplomata mendigador de mais um poço-com-fundo estrutural em troca de mais uma vénia à NATO. Ali estava o Portugal preto, branco, mestiço, descomplexado, cosmopolita, activo, pronto para aventuras. João da Veiga Coutinho não conhece este Portugal e não gosta daquele de que se lembra, o Portugal triste da decadência e da opressão. Mas, enquanto preparava o livro, foi ao promontório de Sagres, esteve junto ao túmulo de Camões nos Jerónimos. Foi a esses sítios para saber o que é Goa. Disse-nos, sem querer, o que pode ser Portugal - o mito de Portugal, se quiserem, mas tanto mais forte, mais honrado, mais digno, porque mais mito. Por mim, diria que é o Portugal de Camões e de Tito Paris. Não faz sentido isto? Quem dera que fizesse. Os indianos lusófonos não são uns falantes de português quaisquer. São os únicos, em todo o mundo, que puxam por nós, que querem mais de nós do que aquilo que sabemos ou podemos dar. Querem livros, claro, revistas, programas de televisão ao nível de uma BBC World e não da TV-Bolhão que nos caiu em sorte, centros culturais activos, uma intervenção mais inteligente e cuidada

nos campos do património ou do ensino da língua. Não são uma espécie em vias de extinção, como por vezes se diz por cá, meio em lamento impotente, meio como desculpa para não fazer nada. A língua portuguesa e os aspectos mais contemporâneos da nossa cultura podem interessar novas gerações. O sucesso do leitorado português em Goa nos últimos anos é disso uma das provas (mas há mais, muitas mais). A intensa actividade da Fundação Oriente um pouco por toda a Índia, o trabalho notável, mas com poucos meios, do Instituto Camões em Goa, os programas do centro cultural da Embaixada em Delhi, o interesse da Fundação Gulbenkian, são coisas positivas, as únicas coisas positivas, aliás - mas serão insuficientes sem o empenhamento de um poder menos interessado em "marcar pontos" políticos com os correspondentes erros diplomáticos do que em honrar compromissos culturais, sentimentais e éticos. As comunidades lusófonas da Índia podem parecer uma não-prioridade no grande cenário da política cultural externa. Mas as pessoas estão lá, à espera ainda. São os mais importantes monumentos da época distante em que este nosso país pateta teve um sonho mundial. São as pessoas que, quando Tito Paris gritou do palco "amo Cabo Verde e amo Portugal", para si disseram, como eu disse, "amo a Índia, amo Goa, amo Portugal". Estas pessoas não querem ser portuguesas, até porque nunca o foram em direitos, apenas em cultura e sentimento. Querem apenas que lhes devolvamos o amor que sentiram por alguns de nós e a amplitude do mito que, de algum modo, partilhámos com elas. Recordem isto a outros, por favor. Que ao menos alguns não esqueçam.»

Jornal Público, de 13 de junho de 1999

Padrão dos Descobrimentos e calçada envolvente que inclui a Rosa-dos-Ventos

Lisboa

Freguesia de Belém

Concelho de Lisboa

▲ Proposta de classificação como monumento de interesse público (MIP)

■ Zona geral de proteção (ZGP)

